

Plano Municipal do Montijo para a Integração das Pessoas Imigrantes 2015 - 2017

Montijo, Junho de 2015

Índice Geral

1. Enquadramento.....	6
Diagnóstico Local.....	11
2.1. Dinâmicas demográficas e imigratórias	11
2.2. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	18
2.2.1. Inserção laboral e atividade profissional	18
2.2.2. O desemprego	23
2.2.3. Empreendedorismo.....	28
2.3. Educação e Língua	30
2.3.1. Qualificações	30
2.3.2. As crianças imigrantes e a escola	34
2.3.3. Domínio do Português.....	40
2.4. Capacitação e Formação	41
2.5. Urbanismo e Habitação.....	42
2.6. Saúde.....	46
2.7. Serviços de acolhimento e integração	48
2.8. Solidariedade e Resposta Social.....	53
2.9. Racismo e Discriminação.....	55
2.10. Cidadania e Participação Cívica.....	56
2.10.1. Cidadania na esfera privada.....	56
2.10.2. Cidadania na esfera pública	58
2.10.2.1. Participação política	59
2.10.2.2. Participação cívica	61
2.11. Cultura.....	63
2.12. Media e Sensibilização da Opinião Pública	64
2.13. Relações Internacionais.....	64
2.14. Religião	65
3. Plano Municipal para a Integração de Pessoas Imigrantes.....	66

3.1. Dimensão Estratégica.....	66
3.2. Dimensão Operacional.....	76
4. Modelo de Monitorização e Avaliação.....	86
5. Acompanhamento e Modelo de Governação.....	89
6. Referências bibliográficas e documentação consultada.....	91
Anexos.....	94

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente no concelho do Montijo.....	11
Gráfico 2– Saldo Natural na Península de Setúbal e no concelho do Montijo	12
Gráfico 3 – Saldo Migratório na Península de Setúbal e no concelho do Montijo	12
Gráfico 4 – População estrangeira com estatuto legal de residência.....	12
Gráfico 5 – Residentes com nacionalidade estrangeira e residentes com nacionalidade portuguesa, por grupos etários, no concelho do Montijo – 2011 (%)	17
Gráfico 6 – Atividade profissional das pessoas imigrantes no concelho do Montijo, segundo o sexo (%)	20
Gráfico 7 – Pessoas estrangeiras inscritas no Centro de Emprego, segundo a nacionalidade – Janeiro 2015	24
Gráfico 8 – Pessoas nacionais de países terceiros inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo – Janeiro 2015	25
Gráfico 9 – Pessoas inscritas no Centro de Emprego, segundo os grupos etários: nacionais de países terceiros e total de inscritos – Janeiro 2015 (%)	25
Gráfico 10 – Pessoas inscritas no Centro de Emprego, segundo os níveis de instrução: nacionais de países terceiros e total de inscritos – Janeiro 2015 (%)	26
Gráfico 11 – População entre os 15 e 64 anos de nacionalidade estrangeira e portuguesa, residente no concelho do Montijo, por nível de escolaridade completo - 2011 (%).....	30
Gráfico 12 - Homens segundo o nível de escolaridade completado ou a frequentar, por grupo de origem (%)	32
Gráfico 13- Mulheres segundo o nível de escolaridade completado ou a frequentar, por grupo de origem (%)	33
Gráfico 14 – Alunos/as inscritos/as nas escolas da rede pública do Concelho do Montijo, por nível de ensino – 2009/2010 e 2012/2013	35
Gráfico 15 – Alunos/as inscritos/as estrangeiros nas escolas da rede pública do Concelho do Montijo, por nível de ensino – 2014/2015.....	36
Gráfico 16 – Taxas de retenção e de desistência no concelho do Montijo – 2009/ 2010 e 2012/2013.....	37

Índice de Quadros

Quadro 1- Percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente do Continente, Península de Setúbal	13
Quadro 2 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por sexo, no Continente, Península de Setúbal e concelho do Montijo.....	14
Quadro 3- População estrangeira com estatuto legal de residente segundo a nacionalidade, no concelho do Montijo - 2013 (%).....	15
Quadro 4 – Taxa de atividade no concelho do Montijo: população total e população estrangeira - 2011	19
Quadro 5 – Taxa de desemprego no concelho do Montijo: população total e população estrangeira – 2011	23
Quadro 6 – Número de empresas com sede no Montijo.....	29
Quadro 7 – Taxas de retenção de alunos/as portugueses/as e estrangeiros/as, no ensino básico e no secundário, 2013 / 2014	38
Quadro 8 – Pessoas utentes do CLAII, por grupos etários e sexo – 2012, 2013 e 2014	48
Quadro 9 – Pessoas utentes do CLAII, segundo a situação na profissão – 2012, 2013 e 2014 ..	49
Quadro 10 – Atendimentos no CLAII, por tipo de pedidos – 2012, 2013 e 2014	51

1. Enquadramento

Tendo em conta o trabalho anteriormente desenvolvido no concelho do Montijo, e considerando a dinâmica de parceria já criada com a Rede Social, considerou o município ser pertinente corresponder ao desafio lançado pelo Alto Comissariado para as Migrações, no sentido da elaboração do Plano Municipal para a Integração das pessoas Imigrantes. Tal como se diz nos documentos de lançamento desta iniciativa, espera-se que este seja um instrumento que permita um salto qualitativo das políticas de acolhimento e integração de imigrantes, conjugando e articulando diferentes vontades e recursos de diversos atores.

Neste caso concreto, e tal como se refere mais adiante, a ambição é a de que o Plano Municipal para a Integração de Pessoas Imigrantes seja um instrumento estratégico para a integração de imigrantes no concelho do Montijo assumindo-se, nesse sentido e simultaneamente, como um instrumento de melhoria das condições de vida no concelho e de promoção da sua coesão social.

Na sequência dos fundos que financiam esta iniciativa, e apesar de, no seu título, o plano se referir a pessoas imigrantes, ele dirige-se essencialmente (tanto no ato do diagnóstico e na definição de ações), para imigrantes de países terceiros. Tal como é também mencionado no presente texto com isto poderia perder-se toda a dinâmica inerente aos processos imigratórios no seu todo. Na medida do possível, porém, procurou-se que a realidade referente à imigração com origem nos países terceiros fosse enquadrada no contexto mais genérico da imigração quer no concelho, quer no país.

O plano segue a estrutura proposta pelo ACM, e tendo em conta a metodologia de planeamento (participado) que lhe está subjacente, ele assenta num diagnóstico local da situação.

Para a elaboração do diagnóstico foi adotada a seguinte metodologia:



- Recolha de análise de documentos estratégicos de âmbito local e nacional.
- Recolha e análise bibliográfica.
- Elaboração de uma grelha de indicadores, orientadora da recolha de informação junto dos parceiros locais. Esta grelha de indicadores foi validada pelo Núcleo Executivo da Rede Social identificando-se aí, também, quais as entidades a quem deveriam ser dirigidos pedidos de informação específicos. Procurando-se, simultaneamente, um envolvimento do poder político local, os pedidos de informação foram feitos pelo executivo da Câmara, junto das diferentes organizações concelhias.
- Recolha e tratamento de informação estatística de fontes oficiais.
- Realização de grupos de discussão temáticos com atores chave que contaram também com a participação de pessoas imigrantes. No total participaram 31 profissionais de 20 organizações diferentes e 6 pessoas imigrantes.
- Realização de um grupo de discussão apenas com pessoas imigrantes que contou com a presença de 19 de homens e mulheres imigrantes de oito nacionalidades diferentes.
- Entrevistas presenciais a três presidentes de junta e visita às freguesias rurais.

Os grupos de discussão, quer com profissionais, quer com pessoas imigrantes, foram dinamizados em três tempos: um para devolução da informação já recolhida e reflexão em torno da mesma; outro de debate e identificação de problemas/obstáculos à integração de imigrantes no concelho; um terceiro momento foi dedicado ao levantamento de recursos e de necessidades criando-se, a partir daí, uma “bolsa de propostas de intervenção” para a definição de um plano ação. Tendo em conta que alguns dos grupos de discussão reuniram profissionais e pessoas imigrantes, em torno de um mesmo tema, estes foram, num certo sentido, “encontros improváveis” onde, de modo aberto e sem exercício de poder de uns sobre outros, cada um e cada uma expôs as suas opiniões e visões sobre os problemas.

No sentido de tornar mais alargados os contributos, foram abordados individualmente 10 pessoas imigrantes de países terceiros que não tendo participado em nenhum *workshop* puderam, no entanto, contribuir com as suas opiniões e olhares para o plano.

Desde o início que o envolvimento da Rede Social do Concelho foi considerada como fundamental mas especial papel desempenhou a Plataforma de Acompanhamento a qual reuniu duas vezes com o objetivo de validar as medidas inscritas no plano e de se estabilizar a participação e os compromissos assumidos por cada entidade. A Plataforma de Acompanhamento é composta pelas seguintes organizações:

- Câmara Municipal do Montijo que se assume como entidade coordenadora, através do CLAI;
- Centro de Emprego do Montijo / Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo;
- Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho - Unidade de Cuidados à Comunidade Montijo / Alcochete;
- Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra;
- Abrigo – Associação Portuguesa de Apoio à Criança;
- Juntas de freguesia, representadas pela Junta União de Freguesia de Pegões e Sto. Isidro de Pegões.

A Plataforma foi criada em sede de reunião de Conselho Local de Ação Social da Rede Social do Montijo e, a partir do diagnóstico elaborado e sua discussão, estabeleceu como áreas prioritárias de intervenção as seguintes:

- Mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Educação e língua;
- Saúde;
- Serviços de acolhimento e integração;
- Racismo e discriminação;

- Cidadania e participação cívica.

Estas áreas foram identificadas como sendo, por um lado, as mais determinantes para a criação de um clima social favorável à integração da população imigrante e, por outro, aquelas onde se encontram os maiores obstáculos a essa mesma integração. Acresce que nas áreas referidas se podem encontrar e mobilizar recursos locais para uma intervenção coerente.

Os objetivos gerais do plano são:

- Criar uma imagem social positiva de certas profissões onde predomina mão-de-obra imigrante;
- Aumentar a taxa de empregabilidade de cidadãos e cidadãs estrangeiras;
- Melhorar as condições de contratação da população estrangeira;
- Apoiar a criação de soluções de empreendedorismo económico e social;
- Combater o tráfico de seres humanos;
- Aumentar o número de pessoas estrangeiras com facilidade de expressão na língua portuguesa;
- Promover o sucesso educativo;
- Eliminar obstáculos no acesso aos serviços de saúde;
- Tornar o CLAI mais acessível às populações residentes no interior do concelho;
- Melhorar o acesso das comunidades imigrantes aos serviços de apoio ao emprego;
- Desenvolver um clima favorável à integração da diversidade e valorização das diferenças;
- Aumentar os conhecimentos dos atores sociais do concelho sobre interculturalidade;
- Aumentar a participação de pessoas estrangeiras nas eleições autárquicas;
- Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada;
- Reconhecer, simbolicamente, a aquisição da nacionalidade portuguesa;

- Melhorar o acesso à informação das pessoas imigrantes;
- Promover a participação associativa.

Para a elaboração do plano foram tidos como referência os seguintes documentos:

- Plano Municipal para a Igualdade de Género;
- V Plano Nacional para a Igualdade e Combate à Discriminação;
- III Plano de Combate ao Tráfico de Seres Humanos;
- Plano Estratégico para as Migrações.

Em relação a este último, o Plano Municipal para a Integração de Pessoas Imigrantes no Concelho do Montijo pode ser um contributo importante sobretudo para aquilo que são os desígnios do Eixo 1 que visa *“a consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos imigrantes e grupos étnicos na sociedade portuguesa, tendo em vista uma melhor mobilização do seu talento e competências, a valorização da diversidade cultural, o reforço da mobilidade social, da descentralização das políticas de integração e uma melhor articulação com a política de emprego e o acesso a uma cidadania comum.”* (PEM)

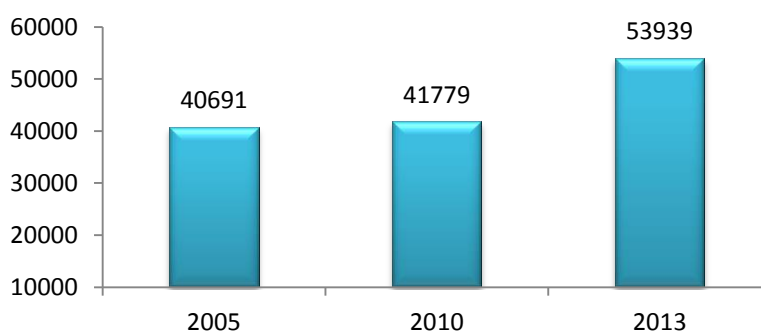
Diagnóstico Local

2.1. Dinâmicas demográficas e imigratórias

Localizado na margem ao sul do Tejo, no distrito de Setúbal, o concelho do Montijo apresentava, em 2013, uma população de 53 939 habitantes: 26 079 homens e 27 860 mulheres.

Aquele número tem subjacente um crescimento populacional que entre 2005 e 2013 corresponde a mais 13 248 residentes.

Gráfico 1 – População residente no concelho do Montijo 2005, 2010, 2013



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2005, 2010 e 2013.

Esta dinâmica do concelho está em contraciclo com aquela que se verifica na Península de Setúbal que, entre 2010 e 2013, perde população – menos 22 683 pessoas¹ – fruto da conjugação de saldos migratórios e saldos naturais negativos.

Também no país, em geral, a partir de 2010 “o saldo migratório deixou de conseguir compensar os valores negativos do saldo natural” (Oliveira, coord, 2014, p. 30) o que coloca Portugal numa situação de fragilidade demográfica.

¹ Fonte: INE, *Anuário Estatístico* de 2010 e 2013.

O concelho do Montijo parece, pois, ser uma exceção já que, ainda que em quebra, ambos os saldos, natural e migratório, se mantêm positivos, nos últimos anos.

Gráfico 2 – Saldo Natural na Península de Setúbal e no concelho do Montijo 2010 e 2013

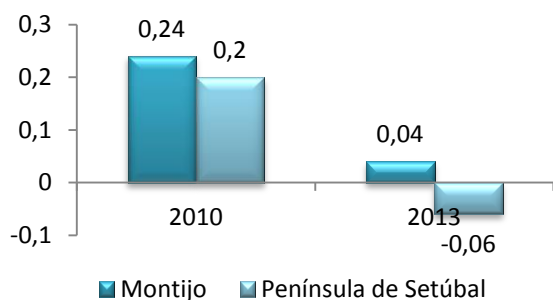


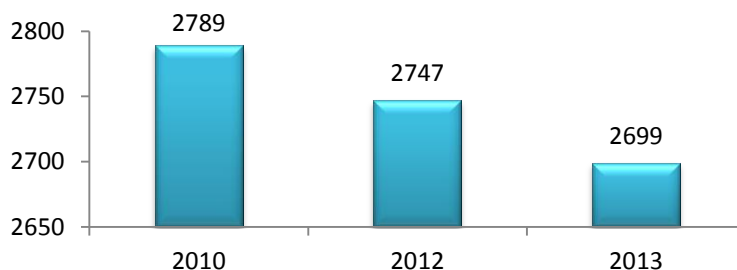
Gráfico 3 – Saldo Migratório na Península de Setúbal e no concelho do Montijo 2010 e 2013



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2010 e 2013.

No início do século XXI fontes oficiais dão conta de 691 pessoas estrangeiras a residirem no concelho do Montijo (cfr. Perista, coord., 2005); em 2010 esse número era de 2 789 pessoas, o que ilustra bem como o aumento dos fluxos imigratórios, que caracterizaram Portugal neste período, se fizeram também sentir no concelho. Entre 2010 e 2013 a presença de população estrangeira no concelho sofre apenas uma ligeira descida – menos 90 indivíduos.

Gráfico 4 – População estrangeira com estatuto legal de residência, no concelho do Montijo 2010, 2012, 2013



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2010, 2012 e 2013.

Por outro lado, em termos percentuais, a população estrangeira tem vindo a representar entre 6,7% (2010) e 5% (2013) da população residente no concelho. Tal como se pode verificar no quadro seguinte, estas percentagens são superiores ao peso que a população estrangeira, com estatuto legal de residência, representa, quer para o Continente, quer para a Península de Setúbal, onde o concelho se integra.

Quadro 1- Percentagem da população estrangeira com estatuto legal de residente no total da população residente do Continente, Península de Setúbal e concelho do Montijo - 2010, 2012, 2013 (%)

	2010	2012	2013
Continente	4,3	4,1	3,9
Península de Setúbal	5,5	5,2	4,9
Montijo	6,7	5,2	5,0

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2010, 2012 e 2013.

Tais percentagens significam uma alteração da posição relativa do Montijo, no contexto das dinâmicas imigratórias do país, já que, segundo os dados do Censos de 2001, e tal como se refere no estudo *“Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo”* (Perista, coord., 2005), o Montijo apresentava, então, um peso relativo de população estrangeira de 1,8%, o qual era inferior ao da Península de Setúbal (3,7%) e ao de Portugal (2,2%).

Tal como no país, também no concelho do Montijo se tem vindo a verificar uma inversão da tendência de uma presença maioritária da população masculina entre a população estrangeira. Com efeito, se os homens representavam, em 2010, 50,6% da população estrangeira com estatuto legal de residente, essa percentagem desce para 48,2%, em 2013. Recorde-se que a atual crise económica tem atingindo particularmente setores de atividade com predomínio da mão-de-obra masculina como, por exemplo, a construção civil, o que poderá ter dado origem a uma maior saída de Portugal de estrangeiros homens.

Por outro lado, esta tendência para uma “feminização” da população estrangeira também não será alheia às estratégias de reagrupamento familiar e, por outro lado, a percursos imigratórios, relativamente mais recentes, que são eminentemente encetados por mulheres.

Quadro 2 - População estrangeira com estatuto legal de residente, por sexo, no Continente, Península de Setúbal e concelho do Montijo 2010, 2012, 2013 (%)

	2010		2012		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Continente	50,6	49,4	49,5	50,5	48,7	51,3
Península de Setúbal	48,9	51,1	47,4	52,6	46,5	53,5
Montijo	50,6	49,4	49,6	50,4	48,2	51,8

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2010, 2012 e 2013.

A imigração brasileira é disso um exemplo. No estudo *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal* refere-se, precisamente que “os estrangeiros residentes de nacionalidade brasileira são os que mostram maior importância relativa do sexo feminino (57,9%)” (Oliveira, coord.,2014,p 33).²

Tendo em conta o grupo de nacionais de países terceiros, no concelho do Montijo este reunia, em 2013, um total de 1 439 pessoas, onde os indivíduos de origem brasileira predominam (45,7%), seguindo-se-lhes as pessoas com origem na Ucrânia (20,9%).

² Oliveira, Catarina (coord), 2014, *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*, ACM.

Quadro 3- População estrangeira com estatuto legal de residente segundo a nacionalidade, no concelho do Montijo - 2013 (%)

Nacionalidades - Total de população estrangeira	N	%	Nacionalidades - Total de população nacional de países terceiros	N	%
Roménia	1 046	38,8			
Brasil	657	24,3	Brasil	657	45,7
Ucrânia	301	11,2	Ucrânia	301	20,9
China	97	3,6	China	97	6,7
Moldávia	97	3,6	Moldávia	97	6,7
Angola	92	3,4	Angola	92	6,4
Cabo Verde	79	2,9	Cabo Verde	79	5,5
São Tomé e Príncipe	47	1,7	São Tomé e Príncipe	47	3,3
Rússia	41	1,5	Rússia	41	2,8
Espanha	28	1,0	Guiné Bissau	28	1,9
Guiné Bissau	28	1,0	Total	1 439	100
Total	2 699	100			

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2013.

Mais genericamente, as pessoas nacionais de países do leste da Europa, com estatuto legal de residente no Montijo, eram 439 (29,9%) e aquelas que são nacionais de PALP eram, também em 2013, 246 (16,8%).

Face ao contexto nacional verifica-se que, no Montijo, a população de origem africana está sub-representada e que as pessoas ucranianas constituem a segunda comunidade mais numerosa no concelho. Nos dados constantes no relatório *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*, pode por seu turno verificar-se que, segundo os “Censos 2011, a comunidade estrangeira mais numerosa em Portugal era a comunidade brasileira, com 109 787 residentes (27,8%). Na segunda e terceira posições encontravam-se as comunidades cabo-verdiana, com 38 895 (9,9%), e ucraniana, com 33.790 (8,6%).” (Oliveira, coord., 2014,p. 32).³

³ Oliveira, Catarina (coord), 2014, *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*, ACM.

Tendo em conta as fortes tendências para um envelhecimento populacional a imigração afigura-se, na generalidade dos países europeus, e também em Portugal, uma estratégia para o rejuvenescimento da população. Aliás, de acordo com o Plano Estratégico para as Migrações 2015 – 2020⁴ (PEM) Portugal enfrenta hoje um problema de défice demográfico que só não é mais acentuado devido ao contributo positivo da população estrangeira. Ou seja, as pessoas estrangeiras têm sido responsáveis pelo aumento de efetivos em idade ativa, mas também por uma percentagem significativa dos nascimentos em Portugal (PEM, p. 8).

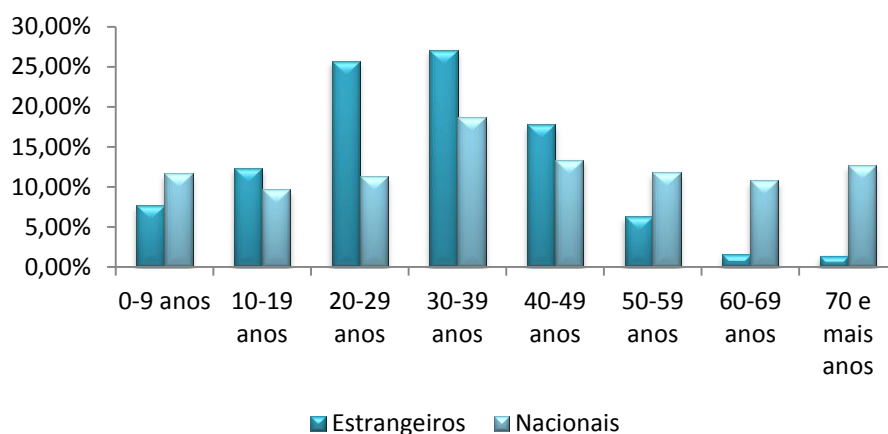
Tais contributos decorrem do facto de o perfil da população estrangeira ser mais jovem do que a população de nacionalidade portuguesa, tal como revelam os dados para o país: segundo o INE a média de idade da população estrangeira era de 34,2 anos, enquanto, para a população portuguesa, era de 42,1 anos.⁵ Ainda de acordo com os dados do INE, trabalhados no estudo “Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal”, à exceção da romena, as nacionalidades que apresentam médias de idades mais baixas são as de países terceiros: brasileira (30,9 anos), chinesa (31,1 anos), guineense (31,7 anos).

Para o Montijo, dados do Censos de 2011 permitem confirmar a maior juventude da população estrangeira, residente no concelho, face à estrutura etária da população nacional.

⁴ Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, disponível em: <http://www.dn.pt/DNMultimedia/DOCS+PDFS%5C2015%5CPlano%20Estrat%20E9gico%20das%20Migra%20E7%F5es.pdf>.

⁵ INE (2012), *A População estrangeira em Portugal – 2011*, Destaque INE cit em Catarina, Oliveira (coord), 2014, *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*, ACM, p.33.

Gráfico 5 – Residentes com nacionalidade estrangeira e residentes com nacionalidade portuguesa, por grupos etários, no concelho do Montijo – 2011 (%)



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População 2011* in IMAD do concelho do Montijo.

No final deste primeiro ponto do Diagnóstico um esclarecimento se impõe. Ainda que este seja pretensamente um diagnóstico que fundamentará o Plano para a Integração de Pessoas Imigrantes do concelho do Montijo, todos os dados que serão apresentados dizem respeito à população estrangeira, tal como se fez anteriormente. Note-se, porém que *“o conceito de imigrante remete para um movimento de fronteira e/ou de entrada e fixação de um cidadão por um período superior a um ano em território português. Por sua vez, o conceito de estrangeiro remete para todo o cidadão que não é nacional em Portugal, ou seja, tem inerente a nacionalidade do indivíduo”* (Oliveira, coord., 2014, p. 21).

Tal significa que os dois conceitos não são sinónimos e que falar apenas de pessoas com nacionalidade estrangeira e, em particular, de nacionais de países terceiros, é ignorar toda a diversidade de movimentos de que é composto o fenómeno migratório: há imigrantes que já podem ter a nacionalidade portuguesa e há pessoas estrangeiras que nunca tiveram uma experiência migratória, pois já nasceram em Portugal. Acresce que considerar apenas aqueles e aquelas que têm estatuto legal de residente é, por outro lado, ignorar a existência de um conjunto de pessoas que aguardam pelo processo de legalização da sua estada em Portugal sendo que estas não só representam um volume significativo de trabalho para serviços como os CLAI, como a elas se colocam problemas acrescidos de integração.

Há, no entanto, limitações que decorrem a própria produção de informação. Com efeito, as fontes de natureza estatística e administrativa apenas recolhem informação segundo a nacionalidade ou, em alguns casos, também segundo a naturalidade dos indivíduos. Não havendo informação estatística que apure com rigor o fenómeno da imigração fica comprometida uma verdadeira compreensão da imigração como um sistema complexo de movimentos e limitada a capacidade de entendimento dos processos de inserção das pessoas imigrantes.

2.2. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

2.2.1. Inserção laboral e atividade profissional

Alcançar uma integração no mercado de trabalho será, sem dúvida, a maior expectativa da população imigrante motivada para alcançar melhores condições económicas e de vida, em geral. Por outro lado, as políticas públicas portuguesas têm-se orientado para privilegiar a inserção laboral como via para uma inserção na sociedade portuguesa. Uma inserção laboral com vínculo e perspectivas de estabilidade foi, aliás, condição para o procedimento da regularização das situações.

Nos grupos de discussão realizados com vista a elaboração deste diagnóstico foi clara a explicitação da orientação das pessoas imigrantes, em geral, para uma integração no mercado de trabalho já que foram vários os participantes que afirmaram que *“as pessoas imigrantes vêm para cá é para trabalhar.”*

A população estrangeira residente em Portugal tem apresentado taxas de atividade superiores à população nacional. Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade da população portuguesa era de 47%, enquanto a das pessoas estrangeiras era de 61% (cfr. Oliveira, coord., 2014, p.63).

Seguindo o padrão do país, a população estrangeira residente no Concelho do Montijo, apresentava, em 2011, taxas de atividade igualmente superiores à da população nacional, tal

como se pode verificar pelo quadro seguinte, sendo que esta é uma questão que não se pode dissociar das respetivas estruturas etárias.

Quadro 4 – Taxa de atividade no concelho do Montijo: população total e população estrangeira – 2011

	Taxa de atividade
Total da população	61,6%
População estrangeira da UE	83,0%
População estrangeira não-UE	74,5%

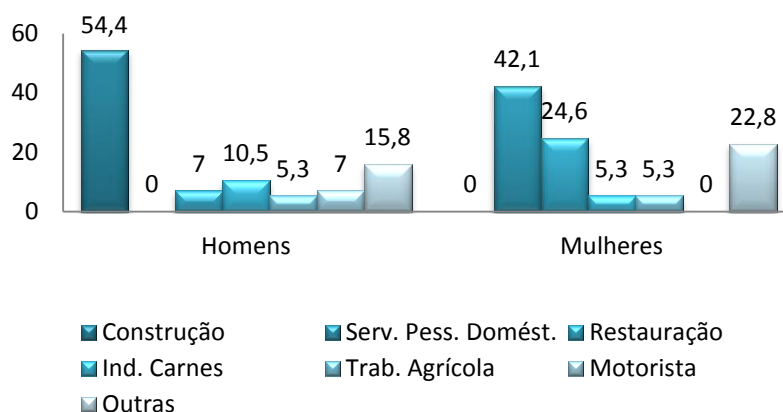
Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População 2011* in IMAD do concelho do Montijo.

No Montijo, os principais setores de atividade do concelho têm sido a “produção, abate e transformação de carne”, a “preparação e transformação de cortiça”, e a “produção hortícola, vinícola e florícola”.⁶ A inauguração da ponte Vasco da Gama, ligando a zona norte de Lisboa ao concelho, contribuiu para uma melhoria do seu posicionamento estratégico e, conseqüentemente, a um aumento da urbanização e à captação de novos investimentos, sobretudo em atividades ligadas ao comércio e aos serviços.

Em relação à população imigrante, e de acordo com o estudo “*Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*” (Perista, coord., 2005), verificava-se uma concentração de homens trabalhadores na construção civil e na indústria de carnes. Por seu lado, as mulheres trabalhadoras imigrantes tendiam a concentrar-se no sector dos serviços pessoais e domésticos e na restauração.

⁶ <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/atividades+economicas/>.

Gráfico 6 – Atividade profissional das pessoas imigrantes no concelho do Montijo, segundo o sexo (%)



Fonte: Questionário aplicado à população imigrante no âmbito do estudo “Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo” (2005).

Este é um padrão muito semelhante ao que acontece em Portugal e mesmo noutros países europeus, onde o setor da construção civil e obras públicas foi um dos setores de atividade que absorveu um maior número de mão-de-obra estrangeira, tal como vários estudos têm salientado (Baganha et al., 1999; Ferreira et al., 2004; Carneiro et al., 2006; Peixoto, 2008). Outros sectores de forte concentração de pessoas trabalhadoras estrangeiras em Portugal têm sido, igualmente, a restauração, alojamento e similares e as atividades e serviços de apoio onde se incluem, por exemplo, os serviços de limpeza (vd. Oliveira, 2014,p. 66).

A atual crise económica alterou, contudo, este panorama afetando particularmente o setor da construção civil e as atividades ligadas à restauração e aos serviços domésticos e, neste sentido, conduziu ao desemprego de homens (sobretudo africanos e brasileiros) e de mulheres.

Perante isto, e mais concretamente no concelho do Montijo, a agricultura – produção de produtos hortícolas e de flores - assume-se, agora, como a principal atividade empregadora de

mão-de-obra estrangeira sendo também neste setor que se vislumbra possibilidades de continuação de criação de emprego.

Independentemente da atividade em questão, a concentração de pessoas trabalhadoras imigrantes em determinados setores segue também algumas estratégias, normalmente associadas às migrações e às redes de solidariedade entre familiares e amigos que alimentam a reprodução das opções de inserção laboral dos primeiros fluxos.

A partir da reflexão produzida torna-se claro que as pessoas imigrantes se orientam, antes de mais, para uma integração no mercado de trabalho *“até porque alguns deles precisam de enviar dinheiro para o país de origem, para as famílias que lá ficaram”* (Participante no Workshop 2),⁷ por outro lado, é o *“trabalho que permitirá a garantia de um projeto e ganhar dinheiro para retornar ao país”* (Participante no Workshop 1).⁸ Há mesmo quem tenha afirmado que em certos setores de atividade há preferência pela contratação de pessoas imigrantes, entendidas como pessoas *“mais focadas no trabalho e mais cumpridoras”* (Participante no Workshop 1).⁹

21

Mas esta forte valorização de uma inserção profissional coloca estas pessoas numa posição de maior vulnerabilidade e de mais predisposição para a aceitação de condições de trabalho mais duros, mais precários e mais mal pagos e para se inserirem em atividades potencialmente rejeitadas pelos trabalhadores portugueses. Este é, nomeadamente, o caso da agricultura, até aqui, socialmente desvalorizada: *“quem é que queria trabalhar a terra, sujar as mãos?”* (Participante no Workshop 2).¹⁰

Ainda em relação ao trabalho da agricultura no concelho foi referido que o mesmo tem sido palco de novos processos de recrutamento dos quais pouco conhecimento se tem mas que envolvem trabalhadores e trabalhadoras estrangeiras, sobretudo orientais, para a realização de tarefas com carácter sazonal. Esta é uma das áreas de atividade que tem merecido uma

⁷ Workshop realizado a 10 de março 2015.

⁸ Workshop realizado a 3 de março 2015.

⁹ Workshop realizado a 3 de março 2015.

¹⁰ Workshop realizado a 10 de março 2015.

atenção por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) preocupada com o tráfico de seres humanos e com as condições de exploração de mão-de-obra.

Esta é também uma questão evidenciada num trabalho recentemente publicado pela *European Union Agency for Fundamental Rights* (FRA) onde a agricultura surge como um dos três sectores da economia particularmente suscetíveis à prática de formas severas de exploração laboral.¹¹

Mas nem sempre as precárias condições de trabalho são percecionadas pelas pessoas imigrantes como um problema relativo à sua inserção laboral, pois o termo de comparação está nos países de origem onde, frequentemente conheceram remunerações mais baixas e mais duras condições de exercício da profissão. No grupo de discussão realizado apenas com pessoas imigrantes¹² o grande problema coloca-se no conseguir um “trabalho legal” até porque, uma vez mais, a crise diminuiu as hipóteses de se conseguir um contrato de trabalho: *“os patrões gostam é assim, sem contrato”* (Participante no workshop 3).

Alcina,¹³ por exemplo, é uma mulher angolana que trabalhava numa estufa do concelho. A estufa foi à falência e a partir daí só tem conseguido trabalhos onde não lhe fazem contrato.

Outras situações há em que os contratos a prazo se sucedem sem que haja integração nos quadros das empresas. Josué¹⁴ trabalha há vários anos numa *holding* multinacional e tem vindo a assinar sucessivos contratos a prazo com as empresas filiais sem passar a integrar o quadro de qualquer uma das empresas.

Horários de trabalho longos, condições precárias e de ilegalidade, exercício de atividade profissional em zonas isoladas (como alguns casos de pessoas que trabalham em explorações agrícolas) são fatores que diminuem as possibilidades de inserção e de participação social. Os

¹¹ FRA ,(2015) *Severe labour exploitation: workers moving within or into the European Union*, Luxembourg: Publications Office of the European Rights.

¹² Workshop realizado a 31 de março 2015.

¹³ Nome fictício, participante do workshop 4.

¹⁴ Nome fictício, participante do workshop 4.

presidentes de junta das zonas do interior do concelho foram os próprios, durante as entrevistas realizadas no contexto de elaboração do diagnóstico, a dar a imagem de comunidades imigrantes isoladas e com contactos pouco frequentes com a sociedade envolvente, para além daquilo que é a sua presença nas lojas da terra, nas tardes de sábado, para as compras da semana.

Estes aspetos conferem à imigração no concelho do Montijo uma forte invisibilidade o que fomenta um desconhecimento aprofundado sobre a realidade e dificulta a identificação de problemas ao nível da integração de imigrantes. No entanto, esta mesma invisibilidade deve ser considerada como um fator de risco, sobretudo no que diz respeito à exploração laboral, tal como se salienta na publicação *Severe labour exploitation: workers moving within or into the European Union* (FRA, 2015, p.49).¹⁵

2.2.2. O desemprego

À semelhança do que acontece para o contexto nacional, também no Montijo a taxa de desemprego da população estrangeira é mais elevada do que a taxa de desemprego da população total. Entre as pessoas estrangeiras, o desemprego assume uma maior expressão entre nacionais de países terceiros, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 5 – Taxa de desemprego no concelho do Montijo: população total e população estrangeira – 2011

	Taxa de desemprego
Total da população	13,2%
População estrangeira UE	12,6%
População estrangeira não-UE	16,6%

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População 2011* in IMAD do concelho do Montijo.

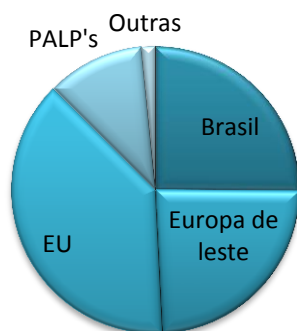
¹⁵ FRA ,(2015) *Severe labour exploitation: workers moving within or into the European Union*, Luxembourg: Publications Office of the European Rights.

Os dados nacionais, referentes a 2011, permitem ainda dizer que três grupos de nacionalidade se destacam pelas taxas de desemprego mais elevadas: guineenses, angolanos e cabo-verdianos. Em contraste, os chineses aparecem com as taxas de desemprego mais baixas (1,6%), à qual não será alheia a tendência para estas pessoas se integrarem nas iniciativas empresariais da própria comunidade chinesa (cfr. Oliveira, coord., 2014, p. 86).

A natureza socialmente seletiva do desemprego expressa-se também nas taxas de desemprego mais elevadas entre a população estrangeira feminina, o que significa que ser mulher imigrante é fazer face a uma dupla vulnerabilidade.

Segundo dados cedidos pelo Centro de Emprego do Montijo, em janeiro de 2015 estavam inscritas 3 123 pessoas. Dessas, 191 são estrangeiras e 118 são nacionais de países terceiros, o que significa 3.8% do total de pessoas inscritas.

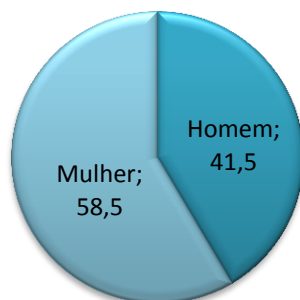
Gráfico 7 – Pessoas estrangeiras inscritas no Centro de Emprego, segundo a nacionalidade – Janeiro 2015



Fonte: IEFP, informação cedida pelo Centro de Emprego do Montijo.

A partir da mesma fonte de informação torna-se clara a dupla vulnerabilidade das mulheres estrangeiras face ao desemprego. Com efeito, considerando apenas os nacionais de países terceiros, as mulheres representam 58,5% das pessoas inscritas no Centro de Emprego.

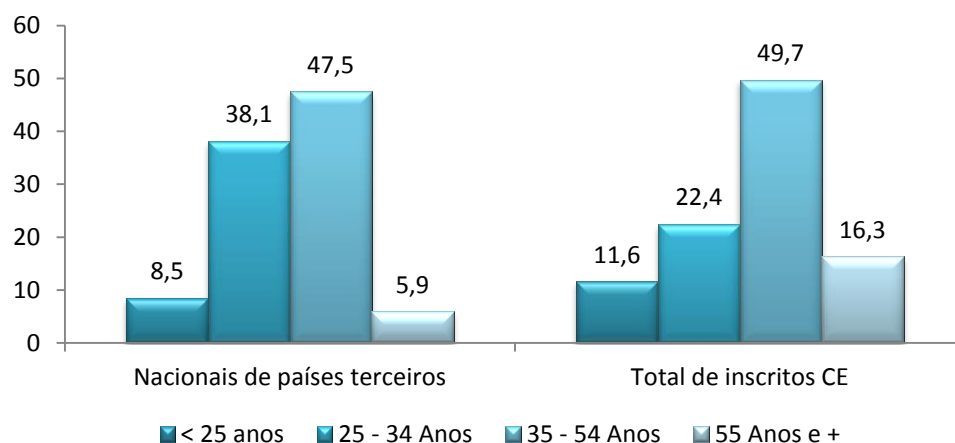
Gráfico 8 – Pessoas nacionais de países terceiros inscritas no Centro de Emprego, segundo o sexo – Janeiro 2015



Fonte: IEFP, informação cedida pelo Centro de Emprego do Montijo.

A nacionalidade onde a diferença entre homens e mulheres é mais acentuada é a brasileira. Não deve ser esquecido o facto de que a imigração brasileira foi, num determinado período, uma imigração essencialmente feminina. Por outro lado, nos grupos de discussão realizados foram referidos alguns estereótipos associados às brasileiras – “a mulher brasileira tem má fama.” - que se poderão constituir como dificuldades acrescidas na procura de trabalho.

Gráfico 9 – Pessoas inscritas no Centro de Emprego, segundo os grupos etários: nacionais de países terceiros e total de inscritos – Janeiro 2015 (%)

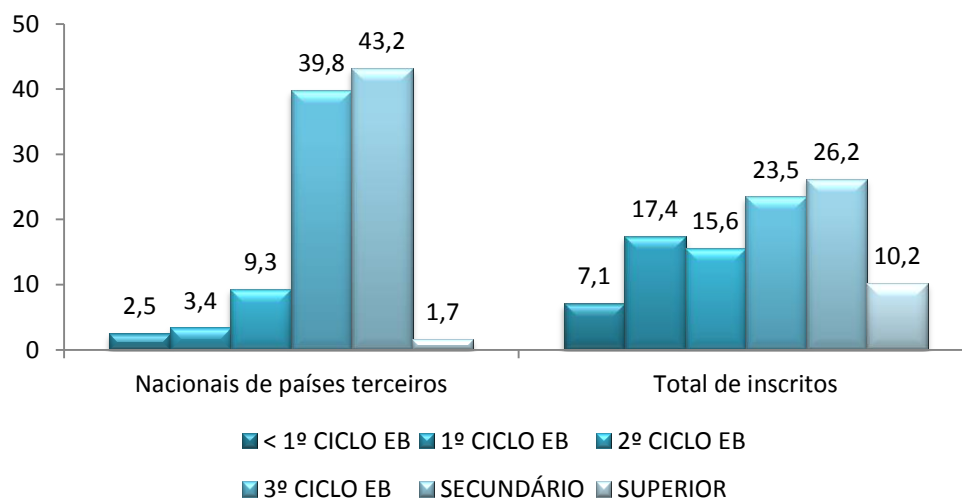


Fonte: IEFP, informação cedida pelo Centro de Emprego do Montijo.

Do ponto de vista das idades, as pessoas nacionais de países terceiros apresentam uma estrutura etária muito concentrada nos grupos 25-34 anos e 35-45 anos, enquanto no total de inscritos se verificam percentagens comparativamente mais elevadas nas faixas etárias extremas.

Em relação ao nível de instrução, as pessoas inscritas no Centro de Emprego do Montijo, nacionais de países terceiros, apresentam-se mais homogéneas - os níveis de instrução intermédios (3º ciclo do ensino básico e secundário) concentram 83% das pessoas estrangeiras (NPT). Ao contrário, o total de inscritos apresenta uma maior dispersão por diferentes níveis de instrução registando-se, ainda, uma maior presença de pessoas que não concluíram, sequer, o 1º ciclo do ensino básico (7,1%) e daquelas que concluíram o ensino universitário (10,2%).

Gráfico 10 – Pessoas inscritas no Centro de Emprego, segundo os níveis de instrução: nacionais de países terceiros e total de inscritos – Janeiro 2015 (%)



Fonte: IEFP, informação cedida pelo Centro de Emprego do Montijo.

Destas 118 pessoas, nacionais de países terceiros que estavam inscritas no Centro de Emprego em Janeiro de 2015, apenas 60 (51%) estava a receber subsídio de desemprego.

A desproteção no desemprego é uma das preocupações expressas pela população imigrante nos grupos de discussão. Se há a consciência de que *“a crise atingiu tanto as pessoas imigrantes, como as portuguesas”* e que as *“dificuldades que nós sentimos no emprego são as mesmas que os portugueses sentem”* (Participante imigrante no workshop 1)¹⁶ também há a convicção de que o desemprego tem consequências muito mais gravosas para as pessoas imigrantes devido, sobretudo, à ausência de uma retaguarda familiar que possa apoiar nestas situações e para mais quando não se tem direito, ou já terminou o período de acesso, ao subsídio de desemprego: *“claro que é pior para nós, basta não termos família para apoiar!”* (Participante imigrante no workshop 1).¹⁷

Para as pessoas desempregadas encontrar um emprego com possibilidades de haver lugar a contratação é algo remoto. Algumas sujeitam-se às condições oferecidas, ainda que precárias e ilegais, podendo comprometer, como isso, o seu próprio futuro; outras acionam por si estratégias complementares de sobrevivência. A este nível destaca-se a apanha e venda da amêijoia, atividade que extravasa os limites do concelho e requer uma licença especial mas que, a grande maioria, pratica aos olhos de todos de modo “clandestino”. Aquando da realização do grupo de discussão com pessoas imigrantes foi referido que outras mais gostariam de ter participado mas, àquela hora, *“estavam a apanhar ameijoa para poderem pôr comida na mesa ao jantar”* (Participante imigrante no workshop 4).¹⁸

Esta atividade está a envolver muita gente e nela já morreram algumas pessoas levando a que nos jornais se escreva sobre ela: *“De manhã, junto à zona de praia do Samouco, no concelho de Alcochete, os carros chegam quase até à rotunda. E a rotunda está longe. Os estacionamento estão cheios, mas a praia tem poucos banhistas na areia. Para perceber onde se enfiaram as*

¹⁶ Workshop realizado a 3 de março 2015.

¹⁷ Workshop realizado a 3 de março 2015.

¹⁸ Workshop realizado a 18 de março 2015.

centenas de pessoas que ‘largaram’ os carros à torreira do sol é preciso estar disposto a passar um canal onde a água chega quase à cintura e andar a pé uns largos metros. Ao fundo, para a esquerda e para a direita da ponte Vasco da Gama – onde o trânsito passa indiferente ao cenário por debaixo – estão os apanhadores da amêijoa. Chegam em grupos ou sozinhos; nas mãos carregam pás e baldes, garrações e sacos vazios, latas de tinta sem tinta; às costas levam mochilas, grandes. São homens, mulheres e crianças. (...) Já vêm também romenos, ucranianos e chineses, agora que a crise deu à costa é um arco-íris de nacionalidades a apanhar bivalves.” (Correio da Manhã 28 de Agosto de 2012).¹⁹

As dificuldades no encontrar um emprego que implique o estabelecimento de um contrato e trabalho condicionam o próprio acesso a um estatuto legal de residência deixando cada vez mais pessoas à “porta do processo de regularização”. Por sua vez, sem documentos que revelem uma presença regularizada, em Portugal, é cada vez mais complicado obter um contrato de trabalho, gerando-se nas pessoas uma ideia de circularidade e a noção que de a sua situação nunca será resolvida.

Para além destas questões, as dificuldades com a língua portuguesa (expressão oral e escrita), foram apontadas, pelas pessoas imigrantes participantes nos diversos *workshops*, como dos principais obstáculos para a obtenção de emprego: “*se eu não falar bem o português como vou conseguir entender as ordens que me dão?*” (Participante imigrante no *workshop* 4).²⁰

2.2.3. Empreendedorismo

Tal como se refere no Plano Estratégico para as Migrações, são múltiplos os impactos das migrações nas sociedades, quer nas de partida, como nas de acolhimento. Para estas últimas alguns dos impactos estão associados ao empreendedorismo e inovação. Em Portugal, tendo em conta, sobretudo, as mais recentes tendências para a emigração de portugueses, começa a

¹⁹ <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/enterrados-no-lodo-por-cao-da-ameijoa.html>.

²⁰ Workshop realizado a 18 de março 2015.

ser enunciada uma preocupação pelo desenvolvimento de políticas de captação de migrantes (de estrangeiros e de portugueses no estrangeiro), “em particular daqueles que podem suprir as nossas carências ou contribuir com os seus talentos e competências para o desenvolvimento do país, através da promoção da coesão regional.” (PEM, p.13)

De acordo com a informação disponível no site da Câmara Municipal do Montijo, existem 2 687 empresas com sede no concelho, distribuídas por diferentes setores, tal como se verifica no quadro seguinte.

Quadro 6 – Número de empresas com sede no Montijo

Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1143
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	526
Construção	403
Alojamento, restauração e similares	349
Indústrias Transformadoras	266

Fonte: <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/actividades+economicas/Estatisticas/>.

Não são conhecidos, porém, o número de empreendimentos criados e/ou geridos por pessoas estrangeiras, embora se possa constatar a existência de estabelecimentos comerciais geridos por pessoas de origem chinesa, restaurantes de pessoas indianas e nepalesas.

Nos grupos de discussão as pessoas imigrantes que neles participaram expressaram algumas dificuldades no que diz respeito à criação do seu próprio emprego. Essas dificuldades são, por um lado, ausência de capital para investir e, por outro, falta de informação sobre os procedimentos e mecanismos de apoio para a criação de negócios.

A este propósito parece ser importante recordar uma das ações inscritas no PEM que se refere à necessidade de promover o envolvimento das pessoas imigrantes nos programas de incentivo à criação do próprio emprego, através da capacitação e melhor aproveitamento das linhas de financiamento existentes.

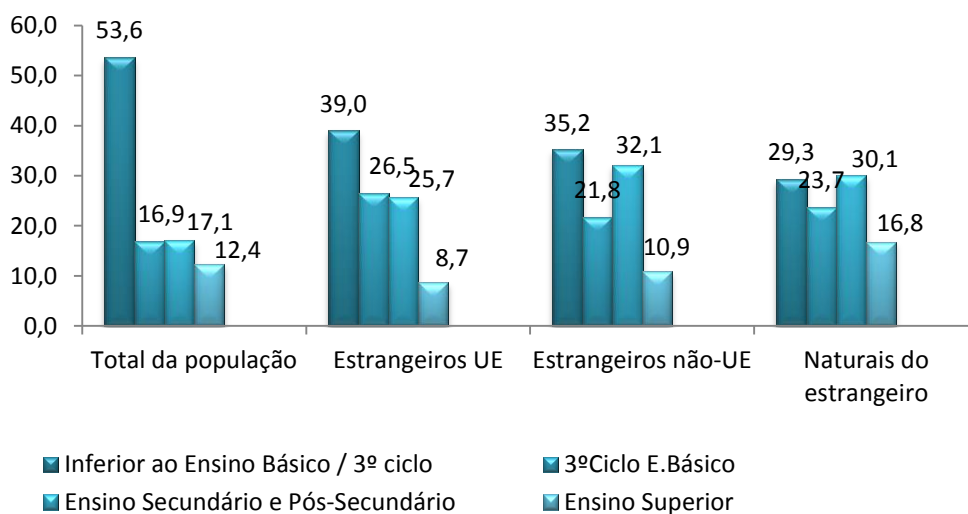
2.3. Educação e Língua

2.3.1. Qualificações

Segundo dados constantes no Plano Municipal para a Igualdade de Género no Concelho do Montijo²¹ este apresentava, à data do último recenseamento da população, “um nível de habilitações literárias baixo. Cerca de 32% da população não tem mais do que o primeiro ciclo do ensino básico, sendo que 53% tem, apenas, a escolaridade mínima obrigatória”.

Comparando o total da população com as pessoas estrangeiras, os dados indicam que a estas últimas (15-65 anos) possuem, em geral, níveis de escolaridade mais elevados que a generalidade da população em idade ativa residente no concelho do Montijo.

Gráfico 11 – População entre os 15 e 64 anos de nacionalidade estrangeira e portuguesa, residente no concelho do Montijo, por nível de escolaridade completo - 2011 (%)



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População 2011* in IMAD do concelho do Montijo.

Essa tendência é visível, desde logo, na percentagem da população estrangeira com escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico (29,3%) quando comparada com a percentagem do total da população residente na mesma situação (53,6%). Além disso,

²¹ <https://dl.dropboxusercontent.com/u/46692342/PMIG.pdf>.

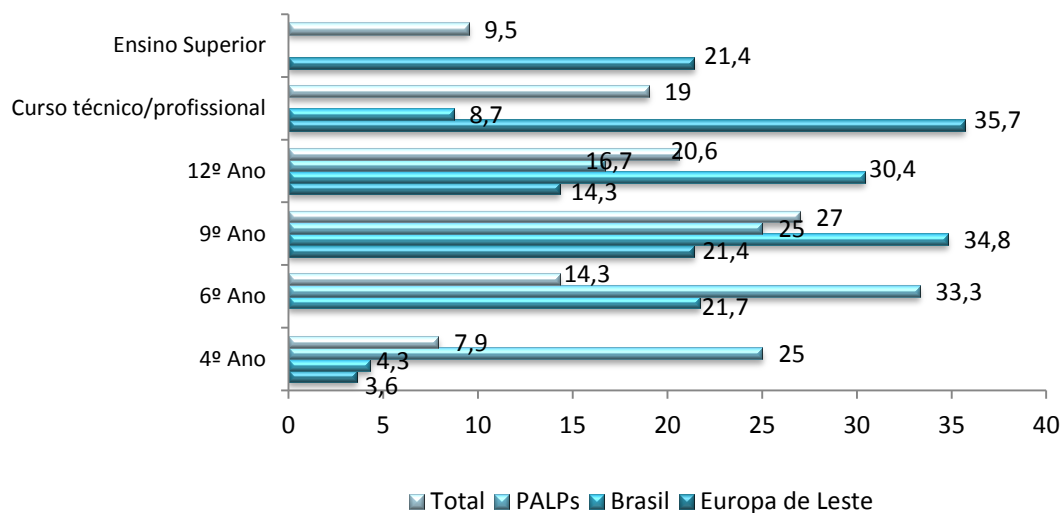
enquanto 30,1% dos estrangeiros em idade ativa são detentores do ensino secundário (ou pós-secundário), a percentagem correspondente para o total da população é de 17%.

Estes dados para o concelho são comparáveis com os dados referentes ao país, em geral, como se demonstra no estudo *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*.

Tendo ainda em consideração os dados do gráfico anterior, são os nacionais de países terceiros aqueles que apresentam níveis de instrução mais elevados. Com efeito é, entre estes que é mais elevada a percentagem de pessoas com ensino superior (10,9%) e das que possuem o ensino secundário ou pós-secundário (32,1%).

Importa, porém, não esquecer a grande heterogeneidade de que é composto este grupo de nacionais de países terceiros. Aliás, tomando como referência os dados de âmbito nacional, verifica-se que algumas das nacionalidades correspondem às que apresentam níveis de instrução mais baixos, sendo exceção os designados países de leste (extracomunitários, como é o caso da Ucrânia): *“No que concerne as 10 principais nacionalidades residentes, segundo o INE, cabo-verdianos, chineses e guineenses eram aqueles que apresentavam qualificações mais baixas. No nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico, Cabo Verde registava 66% da sua população residente em Portugal, China 45,5% e Guiné-Bissau 44,6%. Em contraste com estes países situavam-se as nacionalidades europeias, que mostravam as qualificações mais elevadas. Destacava-se a nacionalidade espanhola, onde a população com ensino superior atingia os 43,6%, seguida da britânica (com 27,8%) e da ucraniana (com 23,3%).”* (Oliveira, coord., 2014, p.35)

Gráfico 12 - Homens segundo o nível de escolaridade completado ou a frequentar, por grupo de origem (%)

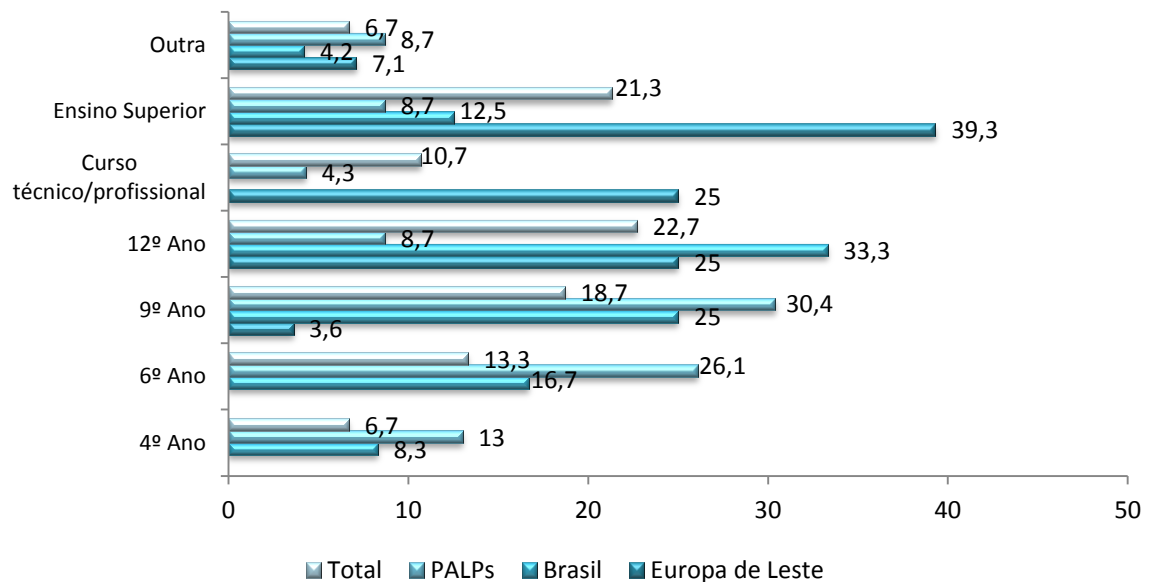


Fonte: Perista, coord., 2005, *Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*.

Voltando ao concelho do Montijo retomando o estudo sobre “*Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*” (Perista, coord., 2005), uma análise conjunta dos gráficos (anterior e o seguinte) permite verificar que:

- O nível de escolaridade das mulheres (independentemente do país de origem) é superior ao dos homens;
- As mulheres oriundas da Europa de Leste são as que apresentam níveis de instrução mais elevados;
- Os homens dos PALP são os que saíram da escola com níveis de escolaridade mais baixos.

Gráfico 13- Mulheres segundo o nível de escolaridade completado ou a frequentar, por grupo de origem (%)



Fonte: Perista, coord., 2005, *Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*.

O facto de as mulheres apresentarem melhores qualificações escolares é comum a vários contextos já que esta é, nomeadamente, uma “*estratégia facilitadora de posterior inserção no mercado de trabalho; é, pois, um investimento canalizado para uma melhor integração profissional, frequentemente frustrado pelo mercado de trabalho, o que é particularmente visível na população imigrante*” (Perista, coord., 2005, p.42) tal como, aliás, os dados do desemprego anteriormente apresentados o demonstra.

Com efeito, entre a população imigrante, e em particular entre as pessoas do sexo feminino, há um forte desajustamento entre a escolaridade obtida e as competências necessárias às profissões que desempenham.

2.3.2. As crianças imigrantes e a escola

Atualmente a rede educativa pública do concelho de Montijo integra três agrupamentos de escolas e uma escola não agrupada: Agrupamento de Escolas do Montijo, Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra, Agrupamento de Escolas Pegões, Canha e Sto. Isidro e a Escola Secundária, com 3º ciclo, Jorge Peixinho.

No que concerne aos equipamentos disponíveis para a educação pré-escolar, o Montijo conta com um total de 15 jardins-de-infância, onze dos quais, integrados em escolas básicas de 1º ciclo.²² Estes equipamentos abrangiam, no ano de 2012, um total de 686 crianças entre os 3 e os 6 anos de idade.²³ Apesar do número de crianças abrangidas pelos equipamentos de ensino pré-escolar ter aumentado, por comparação ao ano letivo 2009/2010, onde eram 659 alunos/as,²⁴ a taxa de pré-escolarização desceu de 79,9% (2009/2010) para 73,5% em 2012/2013, o que significa que o aumento do número de crianças a frequentar o pré-escolar deu-se a um ritmo inferior ao aumento da população dos 3 aos 6 anos de idade. A subida do desemprego, proporcionando mais facilmente a presença de pessoas adulta cuidadoras em casa, associada à ideia de que não existe obrigatoriedade no pré-escolar, podem ser fatores explicativos para a descida da taxa de pré-escolarização.

34

Não foram identificadas questões específicas associadas à presença de crianças estrangeiras no pré-escolar, em particular porque o seu número é muito reduzido o que favorecerá a sua integração. De acordo com informação cedida pelos próprios equipamentos, entre as cerca de 700 crianças do pré-escolar, apenas 12 são estrangeiras sendo que só duas são nacionais de países terceiros.

O ensino básico e secundário o ano letivo 2009/2010 registou, como concelho Montijo, um total de 6 459 alunos/as inscritos/as. Esse número desce para 6 316, em 2012/2013.²⁵ Ainda

²² <http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/EF088BC0-867A-4FE6-A0BB-65389EA41252/0/RedeEducativa.pdf>.

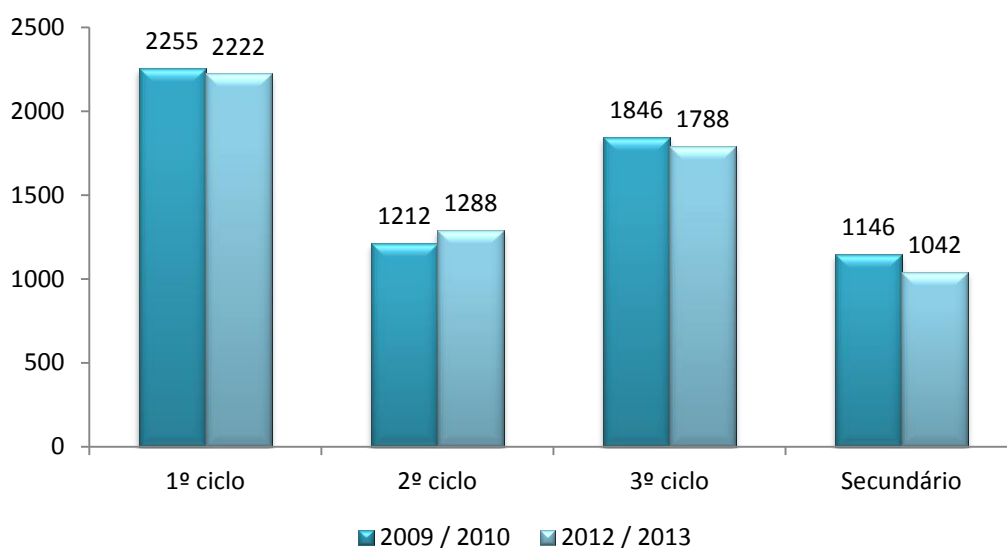
²³ Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo* 2013.

²⁴ Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo* 2010.

²⁵ Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo* 2010 e 2013.

que este decréscimo não tenha sido homogéneo nas diferentes escolas dos concelho graças a maior atratividade populacional de algumas freguesias, é certo que a diminuição da população escolar é uma tendência que se faz sentir no país, em geral, em particular como consequência do decréscimo das taxas de natalidade e correspondente quebra do número de crianças.

Gráfico 14 – Alunos/as inscritos/as nas escolas da rede pública do Concelho do Montijo, por nível de ensino – 2009/2010 e 2012/2013

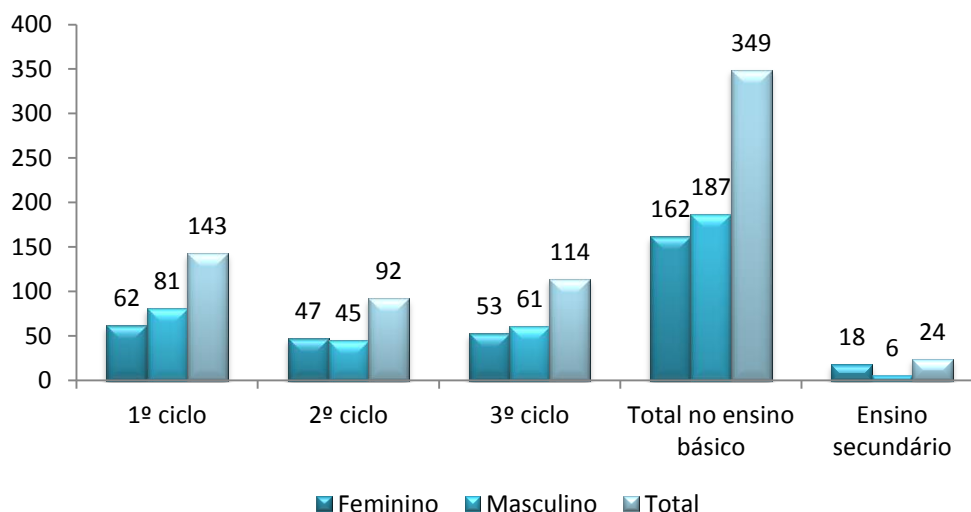


Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo* 2010, 2013.

Segundo informação cedida pelas escolas, no ano letivo 2014/2015 estavam inscritos 349 alunos/as estrangeiros/as no ensino básico e 24 alunos/as no ensino secundário. Sabe-se que desses, pelo menos 77 são nacionais de países terceiros e frequentam o ensino básico. A mesma origem tem 16 alunos do ensino secundário.²⁶

²⁶ Para algumas escolas não foi possível fazer a distinção entre nacionais de países terceiros alunos nacionais de países da EU, ficando, assim, o número subavaliado.

Gráfico 15 – Alunos/as inscritos/as estrangeiros nas escolas da rede pública do Concelho do Montijo, por nível de ensino – 2014/2015



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho, março 2015.

As crianças estrangeiras a frequentar o ensino básico e secundário correspondem, tendo como referência o ano letivo 2014/2015, a 6% do total de alunos e alunas. Note-se que, no país, e para o ano letivo de 2012/2013, os/as alunos/s estrangeiros/s correspondiam a 4,1% do total de matriculados no Ensino Básico e Secundário (cfr. Oliveira, coord., 2014, p.130).

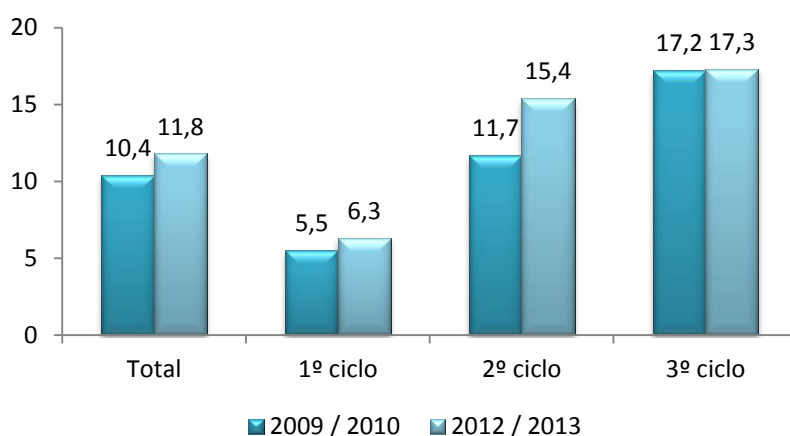
Os números apresentados não revelam, contudo, toda a dimensão multicultural destas escolas já que haverá certamente crianças que, ao abrigo de um novo enquadramento legal de 2006²⁷, adquiriram a cidadania portuguesa fazendo “desaparecer” dos números, por esse fator, alguns alunos e alunas estrangeiras.

Mas a integração das pessoas imigrantes na sociedade de acolhimento passa, também, pelo sucesso escolar dos seus filhos e filhas.

²⁷ Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, complementada pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, que aprovou o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa).

O concelho do Montijo apresentou, no ano letivo de 2012/2013, uma taxa de retenção e desistência de 11,8%, para o total dos anos de escolaridade.²⁸ Esse número corresponde a um aumento face a 2009/2010 mas, ainda assim, situa-se mais abaixo do valor para a Península de Setúbal (12,2%, em 2012/2013).

Gráfico 16 – Taxas de retenção e de desistência no concelho do Montijo – 2009/ 2010 e 2012/2013



Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo* 2010, 2013.

No que diz respeito aos alunos e alunas de nacionalidade estrangeira a informação fornecida pelas escolas não permite, nem uma comparação rigorosa com os dados oficiais, nem perceber a realidade de alunos e alunas nacionais de países terceiros, para todos os agrupamentos. Correndo-se o risco de alguma falta de rigor nos cálculos próprios realizados sobre a informação disponibilizada, pode dizer-se que a tendência será para os/as alunos/s estrangeiros/as apresentarem taxas de retenção mais elevadas do que a população escolar de nacionalidade portuguesa, sendo que os nacionais de países terceiros tendem a ser o grupo pior colocado a este nível.

²⁸ O Anuário Estatístico não permite desagregação entre taxa de retenção e de desistência.

Quadro 7 – Taxas de retenção de alunos/as portugueses/as e estrangeiros/as, no ensino básico e no secundário, 2013 / 2014

Ensino básico	Portugueses	Estrangeiros	NPT
Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra	8,42	13,10	14,71
Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Sto. Isidro	-	17,5	-
Agrupamento de Escolas do Montijo	11	13,5	-
Escola Secundária Jorge Peixinho	-	6,5 (Estrangeiros EU)	38
Ensino secundário			
Escola Secundária Jorge Peixinho	-	14,5 (Estrangeiros EU)	32,5

Fonte: Cálculos próprios sobre informação cedida pelos agrupamentos de escolas do concelho, março 2015.

As diferenças ao nível do desempenho escolar de alunos/as portugueses/as e estrangeiros/as são igualmente evidenciadas quando se analisam os dados nacionais. Com efeito, no estudo *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal* refere-se que no ensino básico, “os portugueses apresentam +13,5 pontos percentuais na transição/conclusão quando comparados com os alunos estrangeiros.” (Oliveira, coord., 2014, p.134)

38

Apesar das taxas de retenção de alunos e alunas estrangeiras, e em particular de nacionais de países terceiros, serem genericamente mais elevadas do que as dos restantes alunos/as, tal não foi considerado um problema nos grupos de discussão realizados no Montijo.

Mas o desconhecimento da língua ou um domínio insuficiente da mesma foi referido como um fator de insucesso: “o grande problema destes alunos e das suas famílias é o desconhecimento, por vezes total, da língua portuguesa o que dificulta a comunicação e a aprendizagem” (comentário escrito por uma escola).

Também nos grupos de discussão foi possível identificar algumas heterogeneidades no que diz respeito à inserção escolar dos alunos, rapazes e raparigas, nacionais de países terceiros. Por um lado, parece haver por parte da escola um fácil reconhecimento das competências de

alunos/as de “leste” e estes, por seu turno, parecem alcançar mais facilmente um bom desempenho – “há, até, alunos premiados” (*Participante no workshop 1*).²⁹

Por outro lado, há, por parte dos não europeus algumas chamadas de atenção para aquilo que afirmam ser alguma discriminação de que os seus filhos e, em especial, as filhas são alvo em contexto de sala de aula, por parte de alguns elementos do corpo docente.

Pelas escolas não foi, contudo, sinalizado nenhum problema de discriminação em relação a alunos estrangeiros, nem envolvendo docentes, nem outros alunos ou alunas.

Apesar da existência de algumas ações de sensibilização para a diversidade e de combate à discriminação e xenofobia, as mesmas têm tido um carácter pontual não fazendo parte de uma estratégia educativa definida.

No Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra existe um Gabinete de Inclusão para a Cidadania³⁰ em cujo plano de atividades já foram incluídas atividades de valorização da diversidade cultural. No entanto, tais atividades não têm tido continuidade na medida em que, de acordo com a informação cedida para o preenchimento do IMAD tornaram-se *previsíveis e sem novidade*.

A Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo é a entidade gestora de um projeto Escolhas (5ª geração). O Projeto Tu Kont@s+/E5G³¹ surge como um recurso para as crianças, jovens e familiares residentes nos Bairros do Esteval e da Caneira da União de Freguesias do Montijo/Afonsoeiro. Tendo como base de intervenção uma comunidade multicultural, o projeto pretende combater o abandono escolar precoce e promover o sucesso educativo. A sua abordagem centra-se, sobretudo, no relacionamento entre comunidades ciganas e não ciganas, contudo, a sua experiência de intervenção poderia ser considerada /aprendida para outros contextos.

²⁹ Workshop realizado a 3 de março 2015.

³⁰ <http://gic.espjs.edu.pt/>.

³¹ http://www.programaescolhas.pt/?_pageId=18603.

No exercício das suas atribuições legalmente conferidas a Câmara Municipal do Montijo presta apoio socioeducativo a crianças 1º ciclo do ensino básico que assume a forma de auxílios económicos aos/às alunos/as, sendo, para o efeito, considerados os encargos decorrentes da frequência escolar relativos a refeições (em refeitório escolar), a livros e outro material escolar e a atividades de complemento curricular (visitas de estudo programadas no âmbito das atividades curriculares).³² No total foram apoiadas, no ano letivo 2014/2015, 238 crianças do pré-escolar e 871 do 1º ciclo. Devido ao modo como a informação é recolhida não é possível saber quantas destas crianças são de origem estrangeira.

2.3.3. Domínio do Português

Como já foi referido, o domínio da língua portuguesa é uma das maiores dificuldades sentidas pela população imigrante, tal como as próprias pessoas, nacionais de países terceiros, explicitaram nos grupos de discussão realizados para efeitos do diagnóstico. Esta mesma dificuldade foi considerada, por alguns profissionais, como uma limitação ao processo de integração daquelas pessoas até porque para a obtenção da nacionalidade exige-se conhecimentos da língua.

40

Importa não esquecer que o desconhecimento da língua é um dos elementos que alimentam um ciclo de exclusão: certos circuitos laborais e de isolamento social impedem a aprendizagem da língua portuguesa; um fraco conhecimento do português reforça o isolamento que, por seu turno, acrescenta invisibilidade ao fenómeno e um afastamento em relação aos serviços de apoio, acrescentando, com frequência, dificuldade aos processos de legalização, quando tal é exigido.

³² http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/educacao/Ação+Social+Escolar/?wbc_purpose=Basic&WBCMODE=PresentationUnpubliloginFOloginFO.

No estudo sobre o *Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo* a maior parte das pessoas imigrantes, então inquiridas, fez uma avaliação mediana do seu domínio da língua portuguesa. À exceção da escrita, onde quase metade se posiciona no escalão mais baixo. A competência que os/as inquiridos/as consideram estar mais desenvolvida é a compreensão, que corresponde não só à primeira fase da aprendizagem de uma língua mas também ao instrumento mais essencial em termos laborais.

As pessoas que registam autoavaliações mais positivas são os indivíduos mais jovens e, como seria esperado, aquelas que, há mais tempo, se encontravam em Portugal.

Atualmente, no concelho, não existe nenhum curso de Português para Todos a funcionar e assim é já há algum tempo, sobretudo devido às condições que são exigidas para o seu funcionamento no que diz respeito à existência de professores com horário zero. Estas condições têm impossibilitado a abertura de cursos ainda que existam inscrições suficientes.

Na opinião de profissionais locais esta é uma questão que limita a própria procura da formação: *“quanto menos oportunidades há, menos procura existe”* (Participante imigrante no *workshop 1*).³³

2.4. Capacitação e Formação

A Escola Profissional do Montijo promove todo um conjunto de cursos de formação profissional que visam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de uma profissão de modo a facilitar o ingresso no mercado de trabalho a par da aquisição de habilitações escolares que permitam a orientação para o ensino superior.³⁴

Na Escola Profissional do Montijo encontra-se em funcionamento um Gabinete de Inserção Profissional destinado a apoiar jovens adultos desempregados na definição do seu percurso de

³³ Workshop realizado a 3 de março 2015.

³⁴ http://www.epmontijo.edu.pt/web/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=77.

(re)inserção no mercado de trabalho, permitindo um acompanhamento mais próximo das situações.³⁵ De acordo com as informações cedidas pelo próprio GIP não existem utentes de origem estrangeira.

A localização pouco central deste gabinete, bem como o facto de as pessoas imigrantes terem afirmado, nos grupos de discussão, que preferem um atendimento mais “acessível” e “amigável” levará a que este serviço não seja utilizado.

O Roda Livre é um projeto financiado ao abrigo do Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social + sendo uma das suas ações um Gabinete de Apoio ao Emprego, servindo, sobretudo, as freguesias de Montijo e Pegões. Este Gabinete acompanha 13 pessoas imigrantes (nacionais de países terceiros – 5 homens; 8 mulheres).

Ainda no que diz respeito à capacitação de pessoas imigrantes, o próprio CLAI tem promovido algumas ações que procuram aumentar o conhecimento das pessoas imigrantes sobre matérias que podem influir a sua inserção social (fiscalidade; saúde materno-infantil e saúde sexual e reprodutiva; segurança social; requisitos aquisição de nacionalidade).

2.5. Urbanismo e Habitação

O concelho de Montijo é territorialmente constituído por 2 subáreas: a zona Este, que compreende a freguesia de Canha e a União de Freguesias de Pegões, e a zona oeste, composta pelas restantes 3 freguesias do concelho - União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, união de Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia; e Freguesia de Sarilhos Grandes, que conjuntamente representam apenas 16,18% da área geográfica total.³⁶

³⁵ http://www.epmontijo.edu.pt/web/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=65.

³⁶ <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/localizacao+e+caracterizacao/?WBCMODE=Presenta>.

No que se refere à distribuição da população, nestas subáreas, e segundo os dados do Recenseamento Geral da População de 2011, verifica-se que residem na zona Este 5 602 pessoas, o que corresponde a 10,9% da população total do concelho. Se, simultaneamente, se tiver em conta que esta zona representa 83,82% do território conclui-se que estas são freguesias de baixa densidade populacional, com fortes características rurais.

Por seu turno, a zona oeste com 45 620 habitantes,³⁷ o que representa 89% da população do concelho, concentra em si maiores aglomerados populacionais. Nesta zona, a freguesia com mais peso é a de Montijo e Afonsoeiro, onde reside 72,4% da população. Esta foi, sem dúvida, das freguesias que mais incremento populacional teve, entre 2001 e 2011, já que no Recenseamento de 2001 a percentagem das duas freguesias (antes da união de freguesias) era de 67,5%.

Segundo o estudo realizado no concelho, em 2005, uma análise por freguesia revelava que a população residente com nacionalidade estrangeira seguia as tendências da população em geral e concentrava-se, maioritariamente, nas atuais de Montijo/Afonsoeiro, seguido de Sarilhos Grandes.

Tanto o inquérito realizado em 2005 (*Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*), como os grupos de discussão realizados no contexto da construção do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, revelam que a maior parte das pessoas imigrantes reside em casas alugadas.

A residência em habitação própria será a segunda modalidade, acionada, em particular, por quem está em Portugal há mais anos, sendo comparativamente mais relevante na Atalaia/Sarilhos Grandes.³⁸

A presença de pessoas imigrantes na habitação social é muito reduzida. A partir da informação fornecida pelos serviços da Câmara Municipal do Montijo, dos 473 fogos arrendados apenas

³⁷ [INE, Censos de 2011, em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros.](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros)

³⁸ Segundo o estudo *Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*.

14 têm como arrendatários pessoas estrangeiras (das quais 11 são nacionais de PALP). Uma vez mais, porém, este será um indicador que subavalia a presença de imigrantes já que alguns dos residentes terão, certamente, já adquirido a nacionalidade portuguesa.

A utilização de instalações no próprio local de trabalho é também um recurso habitacional embora tal se verifique, sobretudo, na zona Este, nas áreas rurais, como Pegões. Algumas destas instalações serviam, anteriormente, como lugares para animais ou para a guarda de instrumentos agrícolas. Ainda nas zonas rurais existem situações de aluguer de anexos de casas unifamiliares de portugueses.

À exceção de alguns locais onde se concentram várias famílias imigrantes, como em Pegões, por exemplo, nas zonas rurais os alojamentos são dispersos, o que não facilitará a própria relação com a sociedade envolvente.

Na freguesia de Montijo / Afonsoeiro regista-se maior diversidade de situações mas há, no entanto, uma tendência para as pessoas imigrantes se fixarem em zonas residenciais mais antigas, onde as rendas podem ser mais baixas. Este é o caso, nomeadamente, da “Estrada Nova”, como é popularmente conhecida a Rua José Joaquim Marques, mas, apesar disso, não se verifica no concelho aquilo que é apontado por alguns estudos, no que diz respeito à presença de imigrantes em “*em bairros degradados e estigmatizados*” (Fonseca et al., 2013: 124).

A sobreocupação das habitações é, contudo, um problema referido quer pelas próprias pessoas imigrantes, quer por profissionais. Com efeito, a partilha de casa entre várias pessoas e/ou núcleos familiares, dá, com frequência, origem a situações de sobreocupação mas é uma estratégia importante para fazer face às despesas com habitação, sobretudo para quem tem mais baixos vencimentos. Aliás, o preço do aluguer das casas assume-se como um forte obstáculo no acesso à habitação por parte dos grupos economicamente mais vulneráveis, como são alguns imigrantes. “*Não entendo os portugueses! Como é que preferem deixar as casas em ruínas em vez de as alugar por preços mais baixos!*” (Participante imigrante no workshop

4).³⁹ Neste sentido, foi sugerida a criação de uma iniciativa que incentivasse, precisamente, o aluguer das casas mais velhas a preços mais baixos dando-se a possibilidade aos futuros arrendatários para a realização das obras necessárias.

Tendo em conta os preços praticados no mercado habitacional as casas mais acessíveis serão as mais velhas e as com menos condições de habitabilidade. Ainda assim, o preço de aluguer destas habitações apresenta-se, com frequência, inflacionado face às condições oferecidas, aproveitando-se o mercado da situação irregular de algumas pessoas imigrantes com quem não será possível estabelecer um contrato de aluguer.

As poucas condições de habitabilidade de algumas famílias de imigrantes foram referidas nos grupos de discussão e nas entrevistas com presidentes de junta das uniões de freguesia, notando-se que tais condições afetam também quem se instalou nas zonas mais rurais.

No estudo sobre o perfil de homens e mulheres imigrantes do concelho do Montijo verifica-se que a humidade, por exemplo, é um dos problemas maiores das habitações afetando mais de 40% dos alojamentos dos inquiridos.

A situação aqui descrita não é distinta da evidenciada por estudo sobre a matéria onde se evidencia a sobre representação das pessoas imigrantes “*em alojamentos precários, sobrelotados, sem infraestruturas básicas*” (Fonseca et al., 2013: 124).

Apesar de tudo, mais de 90% das pessoas inquiridas, no estudo sobre o perfil de homens e mulheres imigrantes (95,2% dos homens; 88,2% das mulheres) afirmaram gostar do contexto territorial em que residem aparecendo, à cabeça, como razão para tal, a calma e/ou a tranquilidade oferecida, seguindo-se a valorização da vizinhança e/ou do facto de ter pessoas amigas por perto.

³⁹ Workshop realizado a 18 de março 2015.

2.6. Saúde

As populações imigrantes podem ser consideradas como grupos de risco face à saúde. Por um lado, o facto de estas serem pessoas que se inserem, tendencialmente em atividades manuais fisicamente mais exigentes, e também mais arriscadas, e, por outro lado, a adoção de comportamentos menos informados e em conformidade com as regras de higiene e segurança no trabalho, tem tido consequências ao nível da sinistralidade laboral (vd. Oliveira, coord., 2014).

Acresce que, dificuldades financeiras, falta de informação sobre o funcionamento do sistema de saúde e práticas culturais que não identificam como necessidade uma medicina preventiva, podem condicionar o acesso das populações imigrantes aos serviços de saúde.

Em 2001, um despacho do Ministro da Saúde⁴⁰ determinou a universalidade de acesso aos cuidados de saúde para todas as pessoas que residam em Portugal por um período superior a 90 dias, independentemente da nacionalidade. Contudo, esse despacho apenas tem efeito no acesso aos serviços de saúde em caso de urgência, uma vez que para se ter acesso ao Centro de Saúde é necessário estar-se inscrito/a na segurança social.

46

São precisamente as condições de acesso à saúde que levantam algumas questões aos serviços:

- Quando fazer inscrição esporádica, isto é, sem atribuição do número de Serviço Nacional de Saúde?
- Qual a proteção na saúde das crianças cujos pais imigrantes estejam numa situação irregular?
- Como se processa o acesso aos cuidados de saúde por parte de recém-nascidos, nascidos em Portugal, filhos de imigrantes ainda não inscritos nos Centros de Saúde?
- Como atuar junto dos cidadãos oriundos do PALP, abrangidos por acordos de cooperação no domínio da saúde?

⁴⁰ Despacho n.º 25360/2001.

- Como se deve processar a inscrição no Centro de Saúde de cidadãos nacionais de países terceiros com visto no passaporte dentro da validade?
- As grávidas em situação irregular que se dirigem ao Centro de Saúde, perto do termo de gravidez, devem ser encaminhadas para o Hospital?
- Qual a validade de isenção das taxas moderadoras de cidadãos e cidadãs estrangeiras, com estatuto de refugiado/a?

Estas foram questões elencadas por profissionais de saúde e que, não sendo esclarecidas, se podem traduzir em serviços pouco inclusivos e em dificuldades de acesso por parte das pessoas imigrantes.

No que diz respeito aos problemas de saúde, o modo como se recolhe a informação nos serviços de saúde impede a obtenção de dados segundo a nacionalidade levando, assim, a uma ausência de conhecimento sobre os (eventuais) problemas específicos da população imigrante em relação à saúde, no concelho do Montijo.

Nos grupos de discussão surgiu, por parte das instituições algumas referências ao consumo de álcool sem que, contudo, tal signifique um comportamento que distinga a população imigrante da portuguesa e/ou que constitua um problema ao nível do relacionamento e inserção social das comunidades estrangeiras.

Por outro lado, as pessoas estrangeiras não mencionaram problemas específicos no acesso aos serviços de saúde. Os problemas existentes são partilhados pela população em geral: pessoas sem médico de família e, conseqüentemente, dificuldade em conseguir consulta no Centro de Saúde.

Com efeito, o número de médicos por 100 habitantes no concelho do Montijo (2) é inferior ao da Península de Setúbal (2,3) e ao de Portugal (3,7). Inferior é, também o número de consultas por habitante: 2,7 no Montijo; 4,1 em Portugal (cfr. Rede Social, Pré-Diagnóstico Social e de Saúde).

Não existindo dados específicos sobre os problemas de saúde da população imigrante do concelho do Montijo, parece ainda assim relevante uma particular atenção, em termos de intervenção, para a sinistralidade laboral tendo em conta o tipo de atividades profissionais que são exercidas pelas pessoas estrangeiras no concelho.

2.7. Serviços de acolhimento e integração

O principal serviço de acolhimento de pessoas imigrantes, no concelho do Montijo é, sem dúvida, o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), não tanto pelo número de utentes do serviço mas pelos seus objetivos e pelo tipo de apoio prestado. A este nível, as pessoas imigrantes que participaram nos grupos de discussão revelaram a sua satisfação pelo serviço: capacidade de escuta e de diálogo; informação e colocação à disposição das pessoas de todos os recursos possíveis para a resolução das situações.

Já no questionário aplicado para a elaboração do estudo sobre o perfil de homens e mulheres imigrantes se verificou que a satisfação com este serviço era grande. Com efeito, 94,9% das mulheres e 84,8% dos homens inquiridos se revelaram muito satisfeitos com o atendimento.

Quadro 8 – Pessoas utentes do CLAII, por grupos etários e sexo – 2012, 2013 e 2014

	2012		2013		2014	
	F	M	F	M	F	M
<25 anos	5	3	8	11	11	8
25-44 anos	23	12	54	35	38	43
45-64 anos	21	8	13	16	16	12
>65 anos	0	0	0	0	1	0
Total	49	23	75	62	66	63
	72		137		129	

Fonte: CLAII do concelho do Montijo.

No ano de 2014 o CLAI do Montijo atendeu 129 pessoas, o que corresponde a uma ligeira descida face a 2013 (menos 8 pessoas) mas a um aumento por comparação com 2012 (mais 57 pessoas), sobretudo se for tido em conta a diminuição dos fluxos imigratórios. À semelhança dos anos anteriores, entre as pessoas imigrantes que recorreram ao CLAI verifica-se uma ligeira superioridade da presença de mulheres (51%). Em termos etários, o grupo mais representado é o 25-44 anos onde, no entanto se faz sentir uma maior presença masculina.

Quadro 9 – Pessoas utentes do CLAI, segundo a situação na profissão – 2012, 2013 e 2014

	2012			2013			2014		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
Empregado/a	16	8	24	37	20	57	33	40	73
Desempregado/a	30	14	44	36	42	78	28	21	49
A trabalhar (trabalho ilegal)	3	1	4	1	0	1	3	2	5
Reformado	0	0	0	1	0	1	2	0	2
Total	49	23	72	75	62	137	66	63	129

Fonte: CLAI do concelho do Montijo.

A maioria das pessoas que se dirigiu ao CLAI, em 2014, tinha emprego (57%). Tal corresponde a uma alteração em relação a anos anteriores, onde as pessoas desempregadas estavam em maior número. Esta será uma consequência de uma progressiva alteração da condição das pessoas desempregadas em Portugal e/ou de uma saída, para outros destinos, dessas mesmas pessoas.

Dos utentes do CLAI, 80% são nacionais de países terceiros. Entre os nacionais de países da União Europeia, predominam as pessoas romenas.

Para um total de 129 pessoas, registaram-se, em 2014, 539 atendimentos, o que significa uma média de um pouco mais de 4 atendimentos por pessoa. Por comparação com anos anteriores não só aumentou o número de atendimentos em si, como aumentou, também, a média de

atendimentos, por pessoa (3,4 em 2013; 3,5 em 2012). Em termos gerais esta é uma tendência contrária à evolução do número de atendimentos da rede nacional de CLAI's⁴¹ o que evidenciará uma progressiva proximidade do serviço com a população imigrante e, por outro lado, uma crescente complexificação das situações que levará uma mesma pessoa a recorrer com mais frequência.

Nos atendimentos, os pedidos mais comuns estão relacionados com o processo de legalização sendo que o peso deste tipo de pedidos, em 2014, é superior: 21,3% para os três anos considerados; 27,3% em 2014. Os dois outros pedidos mais solicitados são, o apoio para a aquisição de nacionalidade: 16,9% para o total dos anos; 17,8%, em 2014; e a renovação do título de residência: 16,8%, para o total de pedidos e 16,7% no último ano considerado.

⁴¹ Segundo dados do ACM o número de atendimentos na rede de CLAI em 2012 foi de 78 440 e, em 2013, de 73 058.

Quadro 10 – Atendimentos no CLAII, por tipo de pedidos – 2012, 2013 e 2014

	2012		2013		2014		Total
	F	M	F	M	F	M	
Apoio social pontual	1	0	3	0	0	0	4
Carência económica / apoio alimentar	18	18	18	15	14	19	102
Educação	5	2	11	2	6	11	37
Emprego	1	0	0	0	0	0	1
Habitação	1	0	0	0	1	0	2
Legalização	32	20	39	37	98	48	274
Outros	19	12	36	21	41	18	147
Pedido de autorização de residência permanente	1	1	2	0	1	0	5
Pedido de nacionalidade	20	11	59	33	53	43	219
Pedido de visto de curta duração	1	0	0	8	4	4	17
Pedido de visto de estada temporária	0	0	1	0	0	1	2
Pedido de visto de residência	0	1	0	0	0	0	1
Prorrogação de visto	0	0	0	0	6	3	9
Questões laborais	16	11	11	8	21	5	72
Questões patrimoniais	6	0	5	2	12	1	26
Reagrupamento familiar	9	3	7	2	9	5	35
Reconhecimento/Pedido de equivalência de habilitações	1	1	0	0	0	0	2
Renovação de passaporte	15	5	8	0	4	1	33
Renovação de título de residência	17	10	38	62	30	60	217
Retorno voluntário	16	2	14	17	6	6	61
Saúde	2	1	8	4	7	1	23
Total	181	98	260	211	313	226	1289
	279	471			539		1289

Fonte: CLAII do concelho do Montijo.

Importa salientar que o CLAII, independentemente da qualidade do seu trabalho ao nível do atendimento e orientação das pessoas imigrantes, devido à sua localização, poderá ter pouca capacidade para abranger pessoas que não residam na freguesia, sede de concelho. Ainda que com base nos dados do inquérito de 2005, à exceção de quatro, todas as pessoas inquiridas que já tinham utilizado os serviços do CLAII residiam na freguesia de Montijo / Afonsoeiro.

Apesar de ser nas freguesias da zona oeste que se concentra a maior parte da população, o facto de o CLAII pouca capacidade ter de penetrar nas zonas mais rurais e/ou interiores poderá contribuir para a invisibilidade de situações que careça de intervenção.

Apesar de, como é óbvio, não se dirigir apenas a pessoas imigrantes o Centro de Emprego tem, no entanto, pelo seu domínio de intervenção, um importante papel na integração de pessoas imigrantes.

Como já foi dito anteriormente, em janeiro de 2015 estavam inscritas no Centro de Emprego do Montijo 191 pessoas estrangeiras, das quais 118 são nacionais de países terceiros, o que significa 3.8% do total de pessoas inscritas.

52

No questionário de 2005, 58,6% das mulheres e 72,4% dos homens que já tinham recorrido ao Centro de Emprego se manifestaram satisfeitos/os com o atendimento recebido.

Nos grupos de discussão agora realizados algumas questões surgiram: um atendimento “menos amigável” que levou à sugestão da criação de um gabinete de emprego no âmbito do CLAII.

Ainda nos grupos de discussão algumas pessoas referiram-se ao projeto Tu Kont@s+⁴² como um recurso importante mas que, devido ao seu redireccionamento para outros locais, perdeu alguma capacidade de apoio junto de certas pessoas imigrantes.

⁴² http://www.programaescolhas.pt/?_pageId=18603.

2.8. Solidariedade e Resposta Social

Apesar da condição de imigrante implicar, com frequência, o estar longe das suas famílias, estas continuam a ser o seu principal suporte. Com efeito, no inquérito lançado à população imigrante em 2005, pedir ajuda à família foi a resposta mais frequente à pergunta “o que faz quando precisa de algum tipo de ajuda”. Foram as mulheres oriundas dos PALPs que, em maior número, afirmaram recorrer a instituições públicas.

As instituições públicas mais mencionadas foram, em primeiro lugar o CLAI, em segundo lugar os serviços da Segurança Social. Tendo em conta que os serviços prestados pelo CLAI foram já mencionados em capítulo anterior, importaria aqui perceber o suporte que é dado pelos serviços da segurança social às pessoas imigrantes. Contudo, a informação, em torno dos indicadores solicitados, não foi cedida, pelo menos em tempo útil.

Dos grupos de discussão realizados a rede social institucional de suporte, no Montijo, surge com uma boa capacidade de resposta, em particular para as situações de emergência: não há situação de carência que tivesse sido sinalizada que não tivesse tido o apoio correspondente. Por outro lado, em particular as zonas rurais, surgem como sociedades solidárias com capacidade para se organizarem e apoiarem as situações mais carenciadas ainda que de “estrangeiros”, no sentido do “não conhecido”, se tratem.

Por outro lado, ainda, a população imigrante, sobretudo a partir das entrevistas com os presidentes de junta de freguesia, surge como pouco dependente dos apoios institucionais.

Considerando as respostas para casos de emergência social pode dizer-se que o número de pessoas estrangeiras beneficiárias foi de 23, 9 e 2, respetivamente em 2012, 2013 e 2014. Na Cantina Social dá-se conta de uma única utente de origem estrangeira, sendo ela nacional de país terceiro.

Pode ainda referir-se que o número de utentes da Loja Social, nacionais de países terceiros, tem oscilado entre os 18 (2012 e 2014) e os 17 (2013). Quanto aos utentes estrangeiros

nacionais de países terceiros, que recebem apoio alimentar foram: 20 em 2012; 27 em 2013 e 28 em 2014.

Nos grupos de discussão realizados com pessoas imigrantes foram muito valorizados os serviços de acolhimento de crianças. Considerando creches e ATL (uma vez que os jardins de infância foram considerados no capítulo da educação) estão integradas em equipamento 421 crianças (228 meninos e 193 meninas). Entre estas crianças, 37 (8,7%) são nacionais de países terceiros (18 meninas e 19 meninos).

Considerando as situações de perigo que se referem a crianças sinalizadas na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, dados fornecidos pela comissão concelhia permitem dizer que de um total de 523 processos, em 2014, 38 diziam respeito a crianças estrangeiras (22 do sexo masculino e 16 do sexo feminino), das quais 33 são nacionais de países terceiros.

Os motivos para a sinalização destas crianças não fogem ao padrão apresentado pelas restantes situações, ou seja, as principais razões são a negligência e o abandono e/ou absentismo escolar.

É ainda possível adiantar que a prática de maus tratos físicos de pais e mães para com os seus filhos e filhas é ainda assumida para muitas famílias como forma (correta) de correção dos comportamentos dos menores.

Por fim, há ainda a informação de que são 9 (30%) o número de crianças estrangeiras, sinalizadas na CPCJ, que são também vítimas da chamada violência vicariante já que estão expostas a situações de violência doméstica.

2.9. Racismo e Discriminação

O Código Penal⁴³ português considera como crime a discriminação racial (bem como a religiosa e sexual). Nos termos da lei consideram-se como práticas discriminatórias as ações (ou omissões) que, por razões de nacionalidade, cor de pele ou origem étnica violem o princípio da igualdade. Com base nesses motivos a lei enumera como atos discriminatórios os seguintes:

- Recusa de fornecimento ou impedimento de fruição de bens ou serviços;
- Impedimento ou limitação ao acesso e exercício normal de uma atividade económica;
- Recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis;
- Recusa de acesso a locais públicos ou abertos ao público;
- Recusa ou limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados;
- Recusa ou limitação de acesso a estabelecimento de educação ou ensino público ou privado;
- Constituição de turmas ou a adoção de outras medidas de organização interna nos estabelecimentos de educação ou ensino, públicos ou privados, segundo critérios de discriminação racial, salvo se tais critérios forem justificados pelos objetivos referidos no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto;
- Adoção de prática, ou medida, por parte de qualquer órgão, funcionário ou agente da administração direta ou indireta do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, que condicione ou limite o exercício de qualquer direito;
- Adoção de práticas em que, publicamente ou com intenção de ampla divulgação, pessoa singular ou coletiva, emita uma declaração ou transmita uma informação em virtude da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou aviltado por motivos de discriminação racial.

No âmbito dos grupos de discussão realizados com as instituições do concelho e respetivas/os profissionais não foi identificada nenhuma situação de discriminação direta em relação às

⁴³ Portugal, Lei n.º 59-A/2007, Código Penal, Diário da República, 1ª Série, n.º 170, 4 de Setembro de 2007, disponível em: www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-4-de/downloadFile/file/lei%2059.2007.pdf?nocache=1188893854.82.

peças imigrantes. Também no contexto do CLAI, nenhuma das pessoas utentes se apresentou como vítima do crime de discriminação pelo que nenhuma queixa deu entrada na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). Ainda assim, algumas pessoas, por vezes, queixam-se de ter problemas no acesso ao crédito revelando que o facto de se ter cartão de cidadão ou autorização de residência, pode influir na decisão do banco sobre a atribuição do mesmo.

No entanto, algumas pessoas imigrantes (mais concretamente duas mulheres) referiram experiências pessoais em que se sentiram discriminadas: uma delas, relacionada com a cor da pele e em espaço público; outra com base na nacionalidade tendo ocorrido em contexto escolar envolvendo docentes e pessoal auxiliar, ainda que a escola não reconheça a sua existência.

Por outro lado, e como já foi referido anteriormente, no grupo de discussão com pessoas imigrantes, foi mencionada a “*má fama*” que, em geral, se gerou em torno das mulheres brasileiras o que poderá dificultar a sua inserção no próprio mercado de trabalho.

Há, no entanto, uma consciência de que, sobretudo a cor da pele, pode originar, tanto nos espaços públicos, como no âmbito de alguns serviços, um tratamento menos próprio ou alguns comentários velados.

No inquérito aplicado à população imigrante, em 2005, cerca de um quarto das pessoas inquiridas (26,2% dos homens e 22,2% das mulheres) afirmou sentir-se discriminada em Portugal. Foi a população oriunda do Brasil que, em maior percentagem, afirmou ter sido, alguma vez, alvo de discriminação. Deve, ainda, ser notado que, na zona interior do concelho, nenhum/a respondente afirmou sentir-se discriminado/a.

2.10. Cidadania e Participação Cívica

2.10.1. Cidadania na esfera privada

A participação das mulheres e dos homens imigrantes no mercado de trabalho é óbvia quando estamos perante pessoas cujas motivações para a imigração são quase sempre questões económicas e a procura de melhores condições de vida. São projetos de imigração (de alguma forma) diversificados, assentes no indivíduo *per si* ou no grupo familiar, que conduzem mulheres e homens a optarem por projetos imigratórios autónomos ou (inter)dependentes/familiares.

Estes projetos induzem, necessariamente, tipos diversificados de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Pessoas isoladas, casais sem filhos/as, casais com filhos/as, famílias monoparentais, famílias alargadas, etc., vivenciam a conciliação da vida profissional e familiar de diferente maneira, uns e umas com mais responsabilidades e tensões que outros e outras.

Porém, se na população imigrante feminina estamos perante pessoas cujo principal meio de vida é o trabalho e cuja principal condição perante o trabalho é o trabalho remunerado, poder-se-ia perspetivar modelos de família centrados numa divisão mais simétrica e “igualitária” dos papéis de género, em que ambos os cônjuges participam no mercado de trabalho (e contribuem para o rendimento familiar) e na organização da vida familiar e doméstica. Contudo, os resultados não parecem apontar nesse sentido.

O que se verifica na população imigrante de Montijo é que, independentemente do país de origem, os homens dedicam em média mais horas por dia a uma atividade profissional do que as mulheres. Este é um facto particularmente visível entre a população oriunda da Europa de Leste, com um diferencial a favor dos homens de mais 2 horas de trabalho remunerado por dia, segundo dados do inquérito de 2005.

Por outro lado, o tempo despendido quotidianamente nas tarefas domésticas, e na prestação de cuidados à família, constitui-se, muitas vezes, e ainda hoje, como um travão à plena realização profissional, e pessoal, de mulheres para quem o trabalho profissional é mais do que uma forma de obter um rendimento familiar.

O tempo despendido em tarefas domésticas pela população imigrante no Montijo revela uma situação em tudo idêntica à da população portuguesa (vd. por exemplo Perista 2002) – são as mulheres quem dedica mais tempo por dia a este tipo de atividade, independentemente do país de origem ou da freguesia de residência.

Porém, se na realização das tarefas domésticas, e para a generalidade, os homens evidenciam níveis de participação (muito) próximos dos das mulheres⁴⁴, na prestação de cuidados a filhos e filhas tal nivelamento não acontece. Este ainda é, claramente, um papel muito marcado pelo género e, neste caso, também pela nacionalidade. Sendo que são os homens oriundos do PALP quem menos contribui para este tipo de responsabilidade familiar.

No debate da conciliação da vida profissional e familiar, a análise sobre os usos do tempo é crucial, pois questionar o uso que se faz do tempo entre atividades pagas e não pagas, nomeadamente tarefas domésticas e de apoio à família, é, também, refletir sobre o peso da organização familiar e doméstica na configuração da vida profissional e pessoal.

Por outro lado, o tempo para o lazer no quotidiano desta população é relativamente escasso – em média, regista-se um máximo de duas horas e vinte minutos, por semana, dedicadas ao lazer o que certamente será um fator de condicionamento da sua participação cívica.

2.10.2. Cidadania na esfera pública

Numa sociedade democrática o reforço dos laços de pertença e a criação de dinâmicas de cidadania deve ser um objetivo em si mesmo. Assim, o acesso à nacionalidade e o fomento da participação cívica e política “*são dimensões importantes para captar os processos de integração de imigrantes*” em diferentes dimensões (Oliveira, coord., 2014).

⁴⁴ Importa recordar que estamos perante uma população em parte composta por pessoas isoladas (logo, a realização das tarefas domésticas recaí sobre o indivíduo) e por pessoas sem filhos/as, o que acarreta, evidentemente, uma redução no número de tarefas a realizar.

2.10.2.1. Participação política

A Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de abril, complementada pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, veio alterar o quadro de referência da nacionalidade portuguesa por parte das pessoas estrangeiras. Esta lei, considerada uma boa prática em matéria de integração de imigrantes permite a atribuição da nacionalidade portuguesa a: *“(1) nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também tiver nascido em Portugal e aqui tiver residência no momento do nascimento do filho, independentemente do tipo de título; (2) nascidos no território português, filhos de estrangeiros que se não encontrem ao serviço do respetivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente, com qualquer título, há pelo menos cinco anos; e (3) menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se, no momento do pedido, um dos progenitores residir em Portugal legalmente há cinco anos ou se o menor tiver concluído em Portugal o primeiro ciclo do ensino básico. Este enquadramento legal determina ainda que todo o cidadão nascido em Portugal, que não possua outra nacionalidade, é português de origem.”* (Oliveira, coord., 2014, p.73).

59

Estas alterações no enquadramento legal tiveram um impacto significativo no aumento dos pedidos de aquisição de nacionalidade portuguesa. *“Em Portugal, entre 2007 e 2012, o número de cidadãos a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa atingiu os 223.231, quando entre 2001 e 2006 esse número se cifrou apenas em 14.865 “novos cidadãos”.* (Oliveira, coord., 2014, p.166). De acordo com os dados constantes no Relatório do SEF, em 2013, foram formulados 30 130 pedidos de atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa (+1,4% face a 2012).⁴⁵

Embora não existam dados oficiais sobre a aquisição de nacionalidade portuguesa, por parte de pessoas estrangeiras a residir no concelho do Montijo, os dados do CLAI revelam que esta

⁴⁵ SEF, (2014) *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2013*, SEF, disponível em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf.

é uma questão que leva um conjunto significativo de pessoas a este serviço. Assim, em 2012, foi 31 o número de pessoas que apresentaram, no CLAI, apoio para a aquisição de nacionalidade portuguesa, o que correspondeu a 11,1% dos pedidos apresentados. Em 2013, o número subiu para 92 e a percentagem correspondente para 19,5% e em 2014 para 96 pedidos (17.8%).

A nacionalidade portuguesa não é, porém, condição indispensável a uma certa participação política. Ainda com algumas limitações a Constituição da República Portuguesa reconhece aos estrangeiros e apátridas, que residem em Portugal, os mesmos direitos e deveres dos cidadãos portugueses. As únicas limitações ao nível dos direitos estão definidas no ponto 2 do artigo 1, o qual limita os direitos políticos no caso dos estrangeiros a três situações: (1) aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal e em condições de reciprocidade são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros (salvo acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática); (2) aos estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, a capacidade eleitoral ativa e passiva para as autarquias locais; (3) aos cidadãos dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal, em condições de reciprocidade, têm ainda o direito de elegerem e serem eleitos deputados do Parlamento.

Ou seja, não há limitações há participação ativa em partidos políticos e, regra geral, todos os nacionais de países terceiros podem, pelo menos votar nas eleições autárquicas.

Ora, de acordo com os dados fornecidos pelas juntas de freguesia, nas últimas eleições autárquicas de 2013, foram eleitores 28 pessoas nacionais de países terceiros (45 pessoas estrangeiros, no total),⁴⁶ o que revela uma fraca participação. Nos grupos de discussão com pessoas imigrantes, mais do que desinteresse por este processo ficou claro a falta de informação sobre as eleições em Portugal e, sobretudo, sobre a possibilidade de participarem.

⁴⁶ A informação diz respeito às freguesias de Montijo/Afonsoeiro; Atalaia/Alto Estanqueiro e Canha.

Uma vida vivida para o trabalho, relações sociais restritas são fatores que acentuarão, certamente, o afastamento em relação à vida política.

Acresce que as informações recolhidas não indicam a existência de pessoas imigrantes a participarem nas delegações locais dos diversos partidos políticos.

2.10.2.2. Participação cívica

Uma dimensão importante de integração das pessoas imigrantes na sociedade de acolhimento é, sem dúvida, a sua participação em movimentos associativos. As associações podem constituir-se como espaços de socialização e de aquisição de competências promovendo solidariedades e laços culturais e sociais e apoiando os imigrantes, homens e mulheres, nas diversidades que podem decorrer das próprias experiências migratórias.

No questionário aplicado em 2005, à população imigrante do concelho do Montijo, a grande maioria das pessoas inquiridas afirmou não frequentar e/ou fazer parte de qualquer associação ou organização. Apenas 15,2% afirmou ter alguma participação em atividades de natureza associativa.

Quanto ao tipo de participação foi, sem surpresa, face aos resultados de outras pesquisas, que a situação mais referida fosse a participação em atividades levadas a cabo pelas organizações sem que os indivíduos fossem sócios ou, sequer, associados.

Dos/as que não participavam em qualquer organização, quase metade – e sobretudo as mulheres – afirmou tal ficar a dever-se à falta de tempo, situação a que não é alheio o facto de ter sido, exatamente estas pessoas, que mencionaram tempos totais de trabalho (pago e não pago) mais longos.

O concelho do Montijo revela uma forte dinâmica associativa, sobretudo em torno das atividades desportivas. Os elementos que constam no *site* da Câmara Municipal apontam para

a existência de cerca de 40 organizações da sociedade civil que, ainda que com formas organizativas distintas, promovem atividades de âmbito cultural e desportivo (e algumas também sociais).⁴⁷

No contexto de elaboração do presente plano, foi enviado, para o conjunto destas organizações, um pedido de informação sobre a participação quer como associados/as, quer como dirigentes. A resposta veio de três associações e, em apenas uma delas, foi registada a participação de um elemento estrangeiro, não sendo este, porém, natural de um país terceiro.

No Montijo há, ainda, a delegação da Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do distrito de Setúbal.⁴⁸ Esta associação, com um total de 486 associados do concelho, regista 15 associados estrangeiros oriundos de países da Europa de leste (maioria romenos), Brasil e Índia. Particularmente difícil, para esta associação, tem sido a mobilização de pessoas chinesas, sobretudo devido ao facto de ser associado implicar o pagamento de uma quota.

Quanto à existência de associações constituída por pessoas imigrantes há que referir que, em 2008, foi criada, com o apoio da autarquia, a Associação de Imigrantes de Montijo (ASSIM). Esta era uma associação constituída por pessoas de onze nacionalidades diferentes e tinha como objetivos defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes, permitir a sua plena inserção e desenvolver ações de apoio, junto dos mesmos, visando melhorar as suas condições de vida.⁴⁹ Durante o seu período de existência, a associação funcionou nas instalações do projeto Tu Kontas, no bairro do Esteval.

Atualmente a ASSIM não está em funcionamento e alguns aspetos foram apontados para tal projeto associativo tivesse terminado: o facto de reunir em si pessoas de origens diferentes, o que poderá ter dificultado o sentimento de pertença e a partilha de experiências; algumas

⁴⁷ http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/Desporto/Apoio+ao+Movimento+Associativo/Clubes+e+Colectividades+Instituições+Desportivas+Juvenis+e+Culturais+do+Concelho/?wbc_purpose=Basic&WBCMODE=PresentationUn.

⁴⁸ Ver em <http://www.acsds.pt/web/home.html>.

⁴⁹ http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/B5685A5D-D1B5-47FC-A50B-3DB7C5F1DF4D/8819/p_33.pdf.

atitudes e comportamentos assumidas por uma pessoa da antiga direção que terá afastado outros elementos dos corpos sociais e associados, em geral; o facto de a associação se localizar num bairro social.

A atual inexistência de tecido associativo imigrante alimentou alguma discussão, em particular no grupo de discussão inteiramente participado por pessoas imigrantes. Não fica clara a vontade de criação de uma nova associação, até porque no dizer de algumas destas pessoas *“os imigrantes não têm tempo para isso”* (*Participante imigrante no workshop 4*),⁵⁰ mas foi expressa a necessidade de se encontrar estratégias que fomentem uma maior participação das pessoas imigrantes na vida social, cultural e desportiva do concelho.

2.11. Cultura

A diversidade cultural, que advém da presença de diferentes nacionalidades e origens, no concelho do Montijo, é considerada pelos atores sociais, em geral, como uma riqueza e um fator que contribui para o aprofundamento de uma cultura de diálogo e de estabelecimento de compromissos.

Há a consciência de que os processos imigratórios transformam as sociedades de acolhimento, frequentemente pela apropriação de hábitos culturais das comunidades imigrantes. A gastronomia, sendo uma manifestação cultural, é disso um exemplo. A presença de restaurantes, nomeadamente chineses e indianos, revelam como uma sociedade que, ainda que tendo tradições fortes a este nível, é permeável a novos sabores e aromas.

Por outro lado, novos ritmos musicais e novos movimentos de dança, trazidos sobretudo por gentes africanas e brasileiras, cativam cada vez mais públicos, muito particularmente entre os mais jovens. Expressões artísticas como a música e a dança foram consideradas por alguns parceiros locais como os grandes fatores de aproximação de jovens de diferentes origens culturais e elementos importantíssimos para a valorização das diferenças.

⁵⁰ Workshop realizado a 18 de março 2015.

Cartazes anunciando espetáculos de artistas de origem africana; anúncios dando conta da existência de escolas de dança onde se pode aprender o samba, kizomba ou as chamadas danças de fusão, são visíveis no concelho, sobretudo nas suas áreas urbanas.

Apesar disso, não foram identificadas estratégias que, de modo intencional e consistente, valorizem e dê visibilidade à diversidade cultural presente no concelho. Para além da Feira Multicultural, com edições em 2009 e 2010, não tem havido ações integradas e coerentes que concorram naquele sentido.

2.12. Media e Sensibilização da Opinião Pública

Não existem, no Concelho, órgãos de comunicação social da iniciativa de imigrantes ou dirigidos a imigrantes. Também na autarquia não existe uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social

Em 2009 e 2010 foram realizados pela Associação de Imigrantes de Montijo (ASSIM), em parceria com a Câmara Municipal de Montijo, através do consórcio do Projecto TU KONTAS, Encontros Multiculturais que incluíram mostra gastronómica, cultural e musical expressiva das comunidades imigrantes mais representativas do concelho.

64

2.13. Relações Internacionais

No município existem acordos de cooperação (mas não de gemação) com Santa Catarina, em Cabo Verde, Água Grande (São Tomé), Svogue na República da Bulgária. Em curso está, também, o processo de estabelecimento de acordo com o Tarrafal.

Esta cooperação é natureza cultural e económica, sendo que a Câmara Municipal facilita contactos entre empresários.

Existem, ainda, bolsas de estudo atribuídas a alunos/as de cabo-verde, assegurando a Câmara Municipal do Montijo o custo inerente ao alojamento, alimentação, transporte, assistência médica e seguro de acidentes pessoais.

Contudo, pode dizer-se que o município não dispõe de uma política que promova as relações com os países de origem das comunidades imigrantes, residentes no concelho nem possui uma política estratégica de atração de imigrantes.

2.14. Religião

Segundo dados do censo de 2011, para além da religião católica as mais importantes serão a religião ortodoxa e outros cultos de origem cristã. Aqui inclui-se um conjunto diversificado de cultos e igrejas, como a Igreja Evangélica e a Igreja Universal do Reino de Deus, cujo crescimento está muito associado ao aumento de pessoas brasileiras. Estas igrejas têm conseguido espaços próprios, ocupando, com frequência, espaços que outrora tinham uma função comercial.

65

A convivência entre as diferentes confissões tem sido pacífica e não são fonte nem de conflito entre estrangeiros e nacionais, nem fator de desinserção social. Pelo contrário, as igrejas são pontos de encontro e de convívio entre diferentes nacionalidades e origens.

As pessoas imigrantes praticantes da igreja ortodoxa não expressaram a necessidade de um espaço para a prática da sua religião.

3. Plano Municipal para a Integração de Pessoas Imigrantes

3.1. Dimensão Estratégica

O Plano Municipal para a Integração de Pessoas Imigrantes ambiciona ser um documento estratégico para a integração de imigrantes no concelho do Montijo assumindo-se, nesse sentido e simultaneamente, como um instrumento de melhoria das condições de vida no concelho e de promoção da sua coesão social.

Subjacentes à construção e implementação deste Plano estão as seguintes **estratégias transversais**:

- **Consagração de direitos**

Orientar a intervenção por uma lógica de garantia de direitos constitucionalmente consignados, contribui para fundamentar uma intervenção de aprofundamento da cidadania, respeitosa dos direitos dos indivíduos e famílias, mas fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais.

- **Responsabilização e mobilização de todos os atores**

Para além da Plataforma de acompanhamento e monitorização de âmbito específico este deve ser um Plano assumido pela Rede Social no seu conjunto de modo a ser capaz a mobilização de um conjunto diversificado de atores e de rentabilização e potenciação de diversos recursos locais.

- **Articulação com outros instrumentos de planeamento**

Enquanto instrumento da Rede Social, o Plano para a Integração de Imigrantes deve ser considerado como uma componente dos próximos planos locais: Plano de Desenvolvimento Social; Plano Municipal para a Igualdade de Género. Ele está, por seu turno em consonância com outros documentos de âmbito nacional, como seja o Plano Estratégico para as Migrações, o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não -discriminação 2014 -2017 (V PNI), e o II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos.

- **Igualdade de Género**

A igualdade de género deve ser um princípio transversal a todas as ações, o que significa que estas devem identificar as restrições que homens e mulheres têm a uma participação e procurar condições para que as mesmas sejam anuladas.

67

- **Integração**

Ainda que priorizando como público-alvo a população imigrante de países terceiros, as ações devem, sempre que possível, orientar-se para que seja envolvida a comunidade envolvente.

- **Participação**

As pessoas imigrantes, em particular as nacionais de países terceiros, serão entendidas como elementos da parceria para a implementação das medidas previstas no Plano. Será da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento promover a participação das comunidades imigrantes no próprio processo de acompanhamento do Plano.

Como **áreas prioritárias de intervenção** identifica-se:

- Mercado de trabalho e empreendedorismo
- Educação e língua
- Saúde
- Serviços de acolhimento e integração
- Racismo e discriminação
- Cidadania e participação cívica

Estas áreas foram priorizadas, tal como foi anteriormente referido, como sendo, por um lado, as mais determinantes para a criação de um clima social favorável à integração da população imigrante e, por outro, aquelas onde se encontram os maiores obstáculos a essa mesma integração. Acresce que nas áreas referidas se podem encontrar e mobilizar recursos locais para uma intervenção coerente.

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Mercado de trabalho e empreendedorismo	Concentração da população imigrante em áreas de atividade económica socialmente desprestigiadas	Criar uma imagem social positiva de certas profissões onde predomina mão-de-obra imigrante	Número de ofertas de emprego criadas em áreas de economia com concentração de mão-de-obra imigrante	Utilização de estratégias / metodologias de marketing
	Existência de desemprego entre a população imigrante	Aumentar a taxa de empregabilidade de cidadãos e cidadãs estrangeiras	Número e percentagem de pessoas estrangeiras inscritas no Centro de Emprego (H e M)	Apostar na formação de competências para a empregabilidade de pessoas estrangeiras (NPT) Utilização de recursos do marketing para divulgar competências de pessoas imigrantes (NPT)
	Concentração da população imigrante em atividades de risco em matéria de higiene e segurança no trabalho e a formas graves de exploração laboral e a tráfico de seres humanos	Melhorar as condições de contratação da população estrangeira	Número de pessoas estrangeiras a trabalhar sem contrato de trabalho Número de pessoas estrangeiras a trabalhar sem descontos para a segurança social	Aposta da (in)formação de empregadores e de trabalhadores/as imigrantes em matéria de saúde e segurança no trabalho Aposta da (in)formação de empregadores e de trabalhadores/as imigrantes em matéria de direitos e deveres Promover a participação da Autoridade para as Condições de Trabalho

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)	Dificuldades de acesso, por parte das pessoas imigrantes à criação do seu próprio emprego	Apoiar a criação de soluções de empreendedorismo económico e social	Número de novas iniciativas criadas por pessoas imigrantes	Aposta na descoberta de jovens imigrantes (NPT) mais qualificados Reforço do empreendedorismo das mulheres imigrantes (NPT)
	Concentração da população imigrante em áreas de atividade económica particularmente vulneráveis a formas graves de exploração laboral e a tráfico de seres humanos	Combater o tráfico de seres humanos	Número de pessoas imigrantes identificadas pelas forças policíacas e/ou ACT numa situação de tráfico de seres humanos	Aposta na formação de jovens empresários imigrantes e de associações de empregadores

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Educação e língua	Limitações no domínio da língua portuguesa	Aumentar o número de pessoas estrangeiras com facilidade de expressão na língua portuguesa	Número de pessoas estrangeiras para quem a língua portuguesa não constitui obstáculo para a inserção	Aposta na criação de espaços informais para a aprendizagem da língua
	Insucesso escolar entre alunos e alunas de origem estrangeira (NPT)	Promover o sucesso educativo	Taxa de desistência e de abandono de crianças estrangeiras	Reforço da formação de docentes em educação intercultural Introdução nas escolas de iniciativas de valorização das diferenças

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Saúde	Dificuldades, por parte dos serviços, na aplicação dos diplomas legais	Eliminar obstáculos no acesso aos serviços de saúde	Número de situações resolvidas pelos profissionais	Reforço da formação de profissionais
Serviços de acolhimento e participação	Dispersão da população imigrante por zonas rurais / isolamento	Tornar o CLAI mais acessível às populações residentes no interior do concelho	Número de pessoas utentes do CLAI, por freguesia	Introduzir uma componente de itinerância no funcionamento do CLAI
	Dispersão da população imigrante por zonas rurais / isolamento. Dificuldades de acesso aos serviços	Melhorar o acesso das comunidades imigrantes aos serviços de apoio ao emprego	Número de pessoas imigrantes com uma reposta da área do emprego	Estabelecimento de protocolos com vista á criação de um GIP com competência específicas em matéria de migração

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Racismo e discriminação	Ausência de uma prática constante de aprofundamento dos valores da diversidade e interculturalidade	Desenvolver um clima favorável á integração da diversidade e valorização das diferenças	Número de atividades interculturais promovidas pelas diferentes entidades da Rede Social Número de pessoas abrangidas	Envolvimento de toda a Rede Social
	Invisibilidade dos problemas e necessidades das pessoas imigrantes	Aumentar os conhecimentos dos atores sociais do concelho sobre interculturalidade	Número de ações realizadas Número de pessoas abrangidas	Envolvimento de toda a rede social, incluindo clubes e associações desportivas

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Cidadania e participação	Fraca participação cívica e política das pessoas estrangeiras	Aumentar a participação de pessoas estrangeiras nas eleições autárquicas	Número de eleitores estrangeiros Número de eleitores estrangeiros com participação efetiva no processo eleitoral	Realização local de campanhas de apelo ao voto Criação de materiais de informação (escritos e auditivos) em várias línguas Utilização das redes sociais
	Existência de culturas marcadas pelos papéis sociais de género	Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	Número de mulheres imigrantes a integrem órgãos de associações locais	Rentabilização da intervenção desenvolvida por projetos locais Desenvolvimento de iniciativas que se dirijam á população em geral

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Cidadania e participação (continuação)	Desvalorização, por parte da sociedade de acolhimento, de iniciativas que tendem a uma maior integração por parte das pessoas imigrantes	Reconhecer, simbolicamente, a aquisição da nacionalidade portuguesa	Número de pessoas que adquiriram a nacionalidade portuguesa	Rentabilização dos recursos disponíveis
	Lacunas na informação das pessoas imigrantes / dificuldades de acesso à informação	Melhorar o acesso à informação das pessoas imigrantes	Número de ajudas à informação criadas	Criação no <i>site</i> da CMM, uma nova área dirigida à população imigrante
	Fraca participação cívica e política das pessoas estrangeiras / Pouca abertura das associações existentes à participação de pessoas estrangeiras	Promover a participação associativa	Número de associações que criaram novas atividades Número de jovens imigrantes (NPT) que participam em atividades associativas	Dinamização das zonas rurais Promoção da interação entre pessoas estrangeiras e nacionais

3.2. Dimensão Operacional

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis		
Mercado de trabalho e empreendedorismo	Criar uma imagem social positiva de certas profissões onde predomina mão-de-obra imigrante	Realizar, anualmente, uma campanha de valorização da imagem social da atividade agrícola/floricultura	1.Campanha de combate aos estereótipos associados ao trabalho agrícola	2	Realizar uma campanha	Número de iniciativas realizadas no âmbito da Campanha	Câmara Municipal do Montijo em parcerias com a Associação Portuguesa de Floricultores		
						Número de entidades envolvidas e tipo de entidades			
			Aumentar a taxa de empregabilidade e de cidadãos e cidadãs estrangeiras	Aumentar competências para a empregabilidade de pessoas estrangeiras	2. Informação na área para a procura ativa de emprego	1	Formar 20 pessoas / ano	Número de ações / horas de formação realizadas	Centro de Emprego / GIP
					3.Formação em <i>soft skills</i> para a empregabilidade	1	Formar 20 pessoas / ano	Número de pessoas que adquiriram competências	Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo
		4.Criação de um vídeo sobre trabalhadores/as estrangeiras de sucesso	2	Realizar um vídeo	Número de pessoas abrangidas	CMM e Centro de Emprego			

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)	Melhorar as condições de contratação da população estrangeira	Aumentar os conhecimentos de trabalhadores/as estrangeiros/as, em matéria de saúde e segurança no trabalho e de direitos e deveres	5. Formação de trabalhadores/as nas áreas de saúde e segurança no trabalho e direitos e deveres	1	Formar 30 trabalhadores/as /ano	Número de ações realizadas Número de pessoas abrangidas por sexo, idade e setor de atividade	CMM com a parceria da Autoridade para as Condições de Trabalho
			6. Formação de empregadores/as nas áreas de saúde e segurança no trabalho e direitos e deveres	1	Formar 10 empregadores/as por ano	Número de ações realizadas Número de pessoas abrangidas Número de empresas abrangidas	CMM com a parceria da Autoridade para as Condições de Trabalho

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)	Apoiar a criação de soluções de empreendedo rismo económico e social	Criar materiais informativos	7.Criação de materiais informativos, em três línguas, <i>online</i> , e em formato papel, sobre a criação de autoemprego	1	Criação de um material	Número de materiais criados Número de línguas usadas nos materiais	CMM e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo
		Aumentar competências para a criação do próprio emprego	8.Sessões de informação sobre medidas para a criação do autoemprego, em particular junto de jovens e mulheres imigrantes	1	Formar 20 pessoas	Número de sessões/horas de formação realizadas Número e tipo de pessoas abrangidas Número de pessoas que adquiriram competências Número de pessoas que criaram autoemprego	Centro de Emprego do Montijo
	Combater o tráfico de seres	Divulgar as melhores práticas no âmbito do combate ao tráfico de seres	9.Realizar seminário formativo dirigido a empregadores e pessoas imigrantes	1	Realizar um seminário	Número e tipo de pessoas abrangidas	CMM em colaboração com a ACT

humanos humanos

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e língua	Aumentar o número de pessoas estrangeiras com facilidade de expressão na língua portuguesa	Fomentar a aprendizagem informal da língua portuguesa	10.Criação de espaços informais para a aprendizagem da língua portuguesa	1	Criar pelo menos dois espaços de aprendizagem da língua portuguesa em instalações de juntas de freguesia	Número de espaços informais criados Número de pessoas participantes	Juntas de freguesia e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e língua (continuação)	Promover o sucesso educativo	Aumentar as competências do pessoal docente no que diz respeito à educação intercultural	11. Formação em educação intercultural dirigida ao pessoal docente e auxiliar dos agrupamentos do concelho e dos jardins-de-infância ou ATL da rede pública	1	Formar 150 pessoas em matéria de educação intercultural	Número de ações / horas realizadas Número de participantes Perceção dos/as participantes face aos desafios das sociedades multiculturais	Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra
		Promover o acompanhamento e o apoio escolar de crianças imigrantes	12. Serviço e Apoio ao Jovem e Família	2	Apoiar 10 crianças / ano	Número de crianças envolvidas Desempenho escolar das crianças	Centro Social de S. Pedro do Afonsoeiro

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Saúde	Eliminar obstáculos no acesso aos serviços de saúde	Aumentar as competências dos profissionais dos serviços de saúde no que diz respeito à aplicação de documentos legislativos	13. Formação de profissionais de saúde	1	Formar 20 pessoas	Número de pessoas abrangidas Número de situações resolvidas pelos serviços	CMM com a colaboração do ACM
Serviços de acolhimento e participação	Tornar o CLAI mais acessível às populações residentes no interior do concelho	Aumentar o número de pessoas das freguesias do interior que recorrem ao CLAI	14.Criação de um serviço itinerante	1	Realizar dois dias de atendimento, por mês, nas freguesias do interior	Número de atendimentos realizados nas freguesias do interior Número de novos locais de atendimento	CMM e Juntas de Freguesia
	Melhorar o acesso das comunidades imigrantes aos serviços de apoio ao emprego	Aumentar o número de pessoas com apoio na área do emprego	15.Criação de um gabinete de emprego imigrante, através do protocolo com instituições locais	1	Criar um GIP Imigrante	Existência do Gabinete Número de atendimentos Números de pessoas	CMM e Centro de Emprego / GIP

acompanhadas

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Racismo e discriminação	Desenvolver um clima favorável á integração da diversidade e valorização das diferenças	Criar o Dia Municipal da Diversidade Cultural	16.Criação de programa de atividades de valorização da diversidade com capacidade para mobilizar a população e as diferentes entidades da Rede Social	2	Realização de atividades interculturais com carácter anual	Número de entidades aderentes Número de atividades realizadas anualmente Número de pessoas envolvidas e sua caracterização	CMM e Rede Social do Montijo
	Aumentar os conhecimentos dos atores sociais do concelho sobre interculturalidade	Formar atores sociais sobre interculturalidade	17.Formação em interculturalidade dirigida a atores sociais, incluindo dirigentes associativos	1	Realização de uma ação/ano Abranger 20 pessoas / ano	Número de entidades aderentes Número de atividades realizadas anualmente Número de pessoas envolvidas	CMM e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação	Aumentar a participação de pessoas estrangeiras nas eleições autárquicas	Informar as pessoas imigrantes sobre o seu direito ao voto	18. Ações de informação sobre o direito à participação política e eleitoral	1	Realizar duas ações / ano (2015 e 2016)	Número de ações realizadas Número de pessoas envolvidas	CMM e Juntas de Freguesia
	Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	Realização local de debates sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	19. Realização de debates temáticos	1	Realizar um debate por ano, no contexto de iniciativas locais que trabalhem diretamente com imigrantes	Número de debates realizados Número de pessoas envolvidas	Abrigo

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação	Reconhecer simbolicamente a vontade de aquisição da nacionalidade portuguesa	Criar, no dia 10 de junho, um momento simbólico das pessoas NPT que expressem vontade de adquirir a nacionalidade portuguesa por parte de pessoas imigrantes	20.Criação de um momento, nas cerimónias do 10 de junho para entrega da Constituição Portuguesa a pessoas imigrantes que, no ano respetivo, tenham adquirido a nacionalidade portuguesa	1	Envolvimento de pelo menos cinco pessoas estrangeiras NPT / ano	Números de pessoas que aderiram	CMM
	Melhorar o acesso à informação das pessoas imigrantes	Criar, no <i>site</i> da CMM, de uma nova área dirigida à população imigrante	21.Criação da área sobre a imigração no <i>site</i> da CMM	1	Existência da área	Número de consultas	CMM

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação	Promover a participação associativa	Dinamizar duas associações de freguesias rurais para um trabalho junto de jovens e, particularmente, de jovens imigrantes de países terceiros	22. Formação de dirigentes associativos	1	Formar pelo menos seis dirigentes associativos de freguesias rurais	Número de associações envolvidas	CMM e Juntas de freguesia
			23. Elaboração de planos de atividades	1	Introduzir novas atividades nos planos de ação	Número de dirigentes envolvidos	
					Mobilizar 10 jovens imigrantes (NPT) para a participação nas associações	Número de jovens imigrantes envolvidos	
						Número de novas atividades criadas	

4. Modelo de Monitorização e Avaliação

A avaliação tem sido considerada como “*um conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer uma informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevisos, os seus impactes e os seus custos*” (Fink,A, 1982 in Guerra, 2000). A avaliação é, pois, o processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projetos futuros.

Nesta fase de definição do Plano Municipal do Montijo para a Integração de Pessoas Imigrantes, como em qualquer fase de planeamento de uma intervenção, deve estar contemplado um plano de avaliação.

Da responsabilidade direta da Plataforma de Acompanhamento a avaliação assumirá, sobretudo, um carácter de “autoavaliação” orientada pelos seguintes princípios:

- Participação e envolvimento de todos ainda que a Câmara Municipal assuma um papel de dinamização do processo.
- Dinâmica e interação entre os diferentes elementos da equipa no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação.
- Reflexão em torno da informação recolhida.

Esta dinâmica de “autoavaliação” terá como objetivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se atua e contribuir para uma maior eficácia das ações.

Quanto ao momento em que se irá realizar a avaliação, deve apostar-se numa avaliação *on-going*, concretizada através da realização de semestrais da Plataforma de Acompanhamento.

Os destinatários do processo de avaliação serão:

- A população, em geral.
- As/os profissionais diretamente envolvidas/os na execução do plano e respetivas instituições, incluindo-se entidades parceiras e os elementos da Plataforma.
- As pessoas imigrantes.
- A Rede Social.
- O executivo da Câmara Municipal.

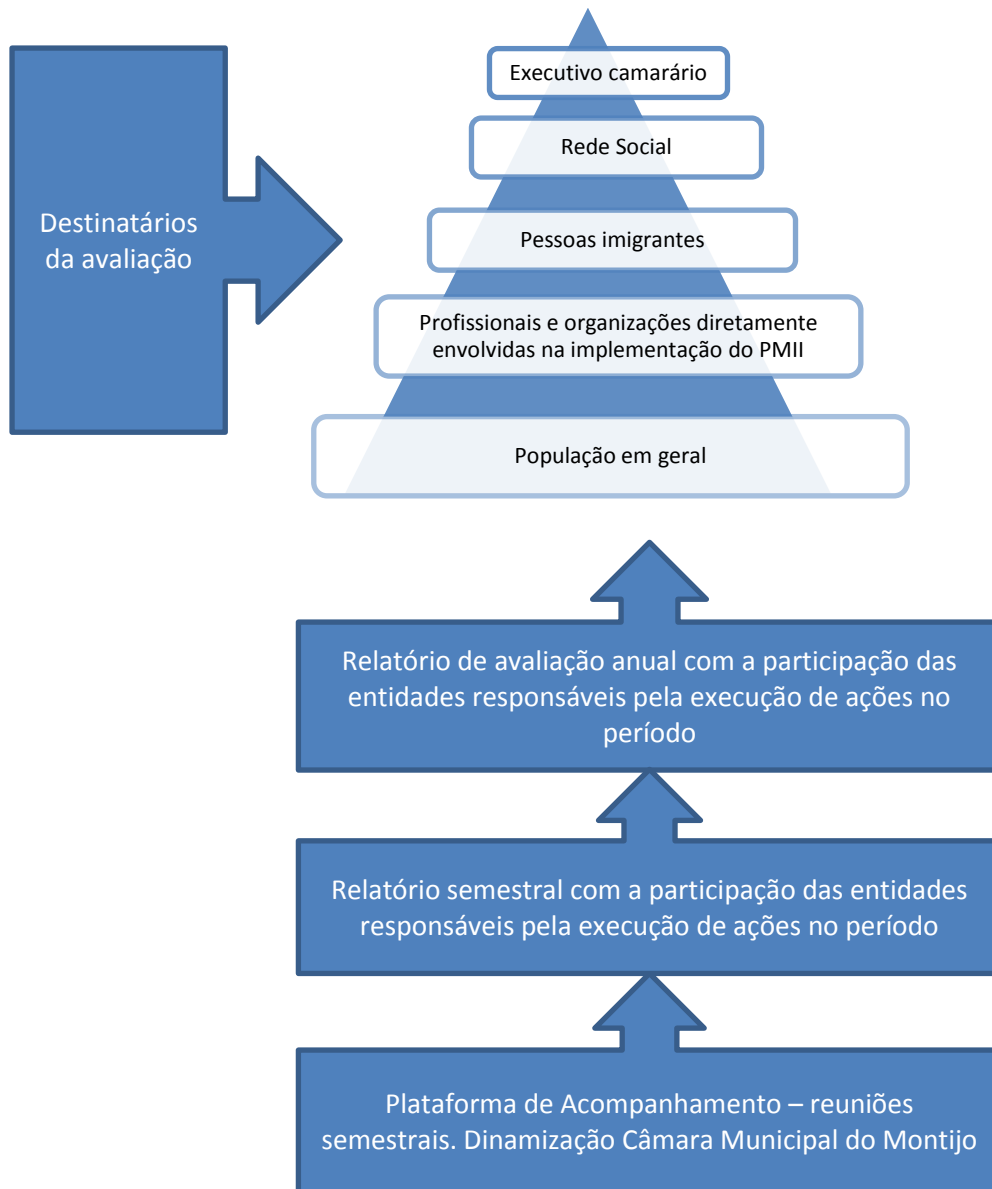
Assim para além das reuniões semestrais da Plataforma, no final de cada ano (civil) de execução do projeto deve ser elaborado um relatório de avaliação intercalar, o qual será de avaliação final no último ano.

- Reunião de executivo.
- Plenário do CLAS da Rede Social.

A avaliação do plano será feita em torno dos seguintes critérios e questões-chave:

Critérios	Questões chave
Pertinência	O plano continua a intervir nas variáveis estratégicas para produzir a mudança? Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?
Sinergia	A utilização dos recursos está a ser pensada de forma a potenciar os já existentes e /ou criar outros?
Adequação	As ações implementadas estão conforme o que foi enunciado no plano?
Participação	Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a intervenção? Os potenciais beneficiários estão a ser dinamizados?
Aderência	As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?
Eficácia	Os objetivos que se procuraram obter através das ações estão a ser conseguidos?

Figura 1 – Dinamização da avaliação



5. Acompanhamento e Modelo de Governação

Tal como já foi referido anteriormente, o Plano Municipal do Montijo para a Integração de Pessoas Imigrantes será monitorizado no seio da sua Plataforma de Acompanhamento que deve, anualmente, produzir um relatório de avaliação.

A dinamização deste processo, numa ótica de autoavaliação, ficará a cargo da Câmara Municipal do Montijo, entidade também responsável pela gestão do plano.

Considera-se que o Plano Municipal do Montijo para a Integração de Pessoas Imigrantes é instrumento da Rede Social, pelo que os seus objetivos e medidas serão incluídas no próximo Plano de Desenvolvimento Social (PDS) em elaboração.

Neste sentido, à semelhança do que tem acontecido em relação ao PDS, no final de cada ano (novembro) um relatório de avaliação do PMII será apresentado e discutido no contexto do Plenário do Conselho Local de Ação Social da Rede Social do Montijo. Para além disso, o relatório será ainda levado à discussão nas Juntas de Freguesia com sessões de apresentação pública.

As necessidades de correção que decorram deste processo de acompanhamento e de avaliação serão da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento.

Para efeitos de avaliação, a Plataforma de Acompanhamento integrará:

- Câmara Municipal do Montijo;
- Centro de Emprego do Montijo / Instituto de Emprego e Formação;
- Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo;

- Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho - Unidade de Cuidados à Comunidade Montijo / Alcochete;
- Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra;
- Abrigo – Associação Portuguesa de Apoio à Criança.
- Juntas de freguesia, representadas pela Junta União de Freguesia de Pegões e Sto. Isidro de Pegões;
- Pessoas Imigrantes.

Sob a coordenação da Câmara Municipal do Montijo caberá a cada uma destas entidades identificarem as parcerias adequadas, para além dos elementos da Plataforma de Acompanhamento com vista à execução das ações.

6. Referências bibliográficas e documentação consultada

Baganha, M. I. et al. (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 159.

Carneiro, R. et al. (2006), *A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal*, Coleção Cogitum, n.º 20, Lisboa: GEEP/MTSS

Ferreira, E. et al (2004), *Viagens de Ulisses. Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIME

Fonseca, L. et al. (2013), “Habitação, imigração e integração socio-territorial: notas e reflexões a partir do caso da Região do Algarve”, in Fonseca, L., Gois, P., Marques, J.C. e Peixoto, J. (orgs.), *Migrações na Europa e em Portugal – Ensaio de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*, Lisboa: Almedina/CES, pp.123-158

FRA (2015), *Severe labour exploitation: workers moving within or into the European Union*, Luxembourg: Publications Office of the European Rights

Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais*, Estoril, Principia

INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2005, 2010, 2012 e 2013.

Oliveira, Catarina (coord.) (2014), *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal*, ACM.

Peixoto, J. (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, in Peixoto, J. (org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril, n.2, Lisboa: ACIDI

Perista, Heloísa (coord.) (2005), *Perfil das mulheres e dos homens imigrantes no concelho de Montijo*.

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020, disponível em:
<http://www.dn.pt/DNMultimedia/DOCS+PDFS%5C2015%5CPlano%20Estrat%20E9gico%20das%20Migra%E7%F5es.pdf>.

Câmara Municipal do Montijo /Rede Social, *Pré-Diagnóstico Social e de Saúde*, documento policopiado.

SEF, (2014) *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2013*, SEF

Sites consultados:

- <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/atividades+economicas/>.
- <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/enterrados-no-lodo-por-cao-da-ameijoa.html>.
- <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/atividades+economicas/Estatisticas/>.
- <https://dl.dropboxusercontent.com/u/46692342/PMIG.pdf>.
- <http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/EF088BC0-867A-4FE6-A0BB-65389EA41252/0/RedeEducativa.pdf>.
- <http://gic.espjs.edu.pt/>.
- http://www.programaescolhas.pt/?_pageId=18603.
- http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/educacao/Acao+Social+Escolar/?wbc_purpose=Basic&WBCMODE=PresentationUnpubliliginFOloginFO.
- http://www.epmontijo.edu.pt/web/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=77.
- http://www.epmontijo.edu.pt/web/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=65.
- http://www.programaescolhas.pt/?_pageId=18603.

- www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-4-de/downloadFile/file/lei%2059.2007.pdf?nocache=1188893854.82.
- <http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/municipio/localizacao+e+caracterizacao/?WBCMODE=Presenta>.
- http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros.
- http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2013.pdf.
- http://www.mun-montijo.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/Desporto/Apoio+ao+Movimento+Associativo/Clubes+e+Colectividades+Instituições+Desportivas+Juvenis+e+Culturais+do+Concelho/?wbc_purpose=Basic&WBCMODE=PresentationUn.
- <http://www.acsds.pt/web/home.html>.
- http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/B5685A5D-D1B5-47FC-A50B-3DB7C5F1DF4D/8819/p_33.pdf.

Anexos

Anexo 1 – Lista de entidades participantes nos grupos de discussão

União de Freguesias Atalaia, Alto-Estanqueiro e Jardia
Segurança Social, Centro Distrital de Setúbal
Agrupamento de Centros de Saúde do Arco Ribeirinho - Unidade de Cuidados à Comunidade
Montijo / Alcochete
Centro Social S. Pedro do Afonsoeiro
Centro de Emprego do Montijo / Instituto de Emprego e Formação Profissional
Escola Secundária Jorge Peixinho
Unidade Local do Barreiro
Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento de Montijo
Fundação COI
Centro Social Paroquial Nossa Senhora Atalaia
Centro Paroquial Montijo
Trilhos dos Sorrisos
União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, Centro Comunitário
Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação Montijo
Comissão Proteção de Crianças e Jovens
Estabelecimento Prisional do Montijo
Casa do Povo de Canha
União de Freguesias de Sarilhos Grandes
Comissão Social da Atalaia, Alto-Estanqueiro e Jardia

Identificação de eventuais problemas dessas áreas habitacionais (sobrelotação, por exemplo)
Identificação de eventuais dificuldades no acesso ao mercado de habitação (compra ou aluguer)

➤ **Mercado de trabalho e empreendedorismo**

Número de estabelecimentos comerciais ou industriais, existentes no concelho
Número de estabelecimentos, comerciais ou industriais, existentes no concelho cujos/as proprietários/as são pessoas estrangeiras (UE e não EU)
Identificação da nacionalidade das pessoas proprietárias de estabelecimentos
Número de pessoas inscritas (total) no Centro de Emprego
Número de pessoas estrangeiras (UE e não EU) inscritas no Centro de Emprego, por nacionalidade, sexo, nível de instrução e grupos de idade
Setores de atividade profissional de concentração da população estrangeira
Taxa de emprego do total da população e da população estrangeira
Taxa de desemprego do total da população e da população estrangeira
Taxa de atividade do total da população e da população estrangeira

96

➤ **Educação e língua**

Nível de escolaridade da população estrangeira residente (EU e não EU)
Número de alunos estrangeiros (UE e não EU) matriculados no Ensino Básico e no Secundário, por sexo e nível de ensino
Número de alunos estrangeiros matriculados (UE e não EU) no Ensino Básico e no Secundário por sexo
Taxa de transição / conclusão no Ensino Básico e Secundário: portugueses vs. estrangeiros (UE e não EU)
Taxa de retenção e de desistência no Ensino Básico e Secundário: portugueses vs. estrangeiros (UE e não EU)

Alunos matriculados na disciplina de Português como Língua não Materna (PLNM), por sexo e nacionalidade (ou UE e não EU)

Número de estrangeiros (UE e não EU) de concluíram o Português Língua Não Materna

Razão para a não existência de PLNM

Existência de problemas no acesso ao ensino

Existência de problemas ao nível do sucesso escolar

Número de alunos estrangeiros que solicitam apoio extraordinário para a frequência do ensino universitário

Existência de iniciativas escolares que promovam a multiculturalidade

➤ **Capacitação e formação**

Número de pessoas estrangeiras (UE e não EU) em programas de formação, por sexo, nacionalidade e tipo de curso

➤ **Cultura**

Existência de grupos culturais de origem imigrante

Existência de manifestações e práticas culturais por parte de estrangeiros (sua identificação e localização)

Existência de programação cultural que integre artistas de várias origens e nacionalidades

➤ **Saúde**

Número de pessoas estrangeiras (UE e não EU) inscritas no Centro de Saúde

Número de total de utentes do Centro de Saúde

Número de pessoas sem médico de família

Número de pessoas estrangeiras (UE e não EU) sem médico de família

Número de utentes com isenção de pagamento das taxas moderadoras

Número de pessoas estrangeiras (UE e não EU) com isenção de pagamento das taxas moderadoras

Principais problemas de saúde das comunidades estrangeiras, quando distintos dos nacionais

Existência de mitos e crenças associadas à doença / saúde entre as comunidades estrangeiras

Existência de problemas no acesso aos cuidados de saúde

Número de crianças abrangidas pelas iniciativas de saúde escolar

Número de crianças estrangeiras (UE e não EU) abrangidas pelas iniciativas de saúde escolar

➤ **Solidariedade e resposta social**

Projetos e programas de intervenção social dirigidos a imigrantes

Número total de pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego

Número de pessoas estrangeiras (UE e não UE) beneficiárias do subsídio de desemprego, por sexo

Número total de pessoas beneficiárias do RSI

Número de pessoas estrangeiras (UE e não UE) beneficiárias do RSI, por sexo

Número total de pessoas com remunerações declaradas à Segurança Social

Número de pessoas estrangeiras (UE e não UE) com remunerações declaradas à Segurança Social

Número total de pessoas com lançamento de subsídios de doença

Número total de pessoas estrangeiras (UE e não UE) com lançamento de subsídios de doença

Número total de crianças em equipamentos de apoio à infância, por sexo

Número de crianças estrangeiras (UE e não UE) em equipamentos de apoio à infância, por sexo

Número total de famílias / pessoas apoiadas pelas respostas de emergência social

Número de famílias / pessoas estrangeiras (UE e não UE) apoiadas pelas respostas de emergência social

Número total de crianças abrangidas pelo SASE

Número de crianças estrangeiras (UE e não UE) abrangidas pelo SASE

Número total de crianças com processos na CPCJ

Número de crianças estrangeiras (UE e não UE) com processo na CPCJ, por sexo

Motivos que deram origem à sinalização de crianças estrangeiras na CPCJ

Existência de crenças associadas aos maus tratos físicos

Perceção quanto à existência de situações de carência económica / Impacto da crise nas famílias, em geral e, nas famílias de origem estrangeira, em particular. Evidências desse impacto.

Existência de respostas que visam colmatar as situações de carência económica

Número de casos de violência doméstica

Número de casos de violência doméstica entre as comunidades estrangeiras (UE e não UE):
sexo, idade e nacionalidade das vítimas e relação de parentesco com o agressor.

➤ **Cidadania e participação cívica**

Número de pessoas estrangeiras (EU e não EU) inscritas no recenseamento eleitoral (IMAD)

Número de pessoas estrangeiras eleitoras nas duas últimas eleições

Número de pessoas estrangeiras membros de associações locais (não apenas associações de migrantes)

Existência de candidatos (e eleitos) estrangeiros (EU e não EU), por nacionalidade

➤ **Religião**

Pessoas estrangeiras residentes (EU e não EU), segundo a religião

Existência de igrejas / cultos religiosos maioritariamente participados por pessoas estrangeiras.

Identificação desses cultos e sua caracterização